



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

SEGURANÇA E EDUCAÇÃO EM DEBATES ELEITORAIS DA COLÔMBIA: UM ESTUDO SOBRE
DISCURSOS POLÍTICOS NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2010.

SÃO CARLOS
2017



Universidade Federal de São Carlos

Mónica Guerrero Garay

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

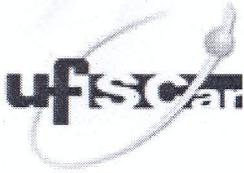
SEGURANÇA E EDUCAÇÃO EM DEBATES ELEITORAIS DA COLÔMBIA: UM
ESTUDO SOBRE DISCURSOS POLÍTICOS NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2010.

MÓNICA GUERRERO GARAY

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Felix Piovezani Filho

São Carlos - São Paulo - Brasil
2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

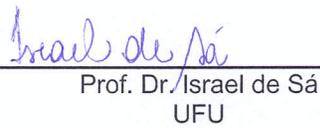
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

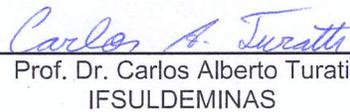
Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Mônica Guerrero Garay, realizada em 01/11/2017:



Prof. Dr. Carlos Felix Piovezani Filho
UFSCar



Prof. Dr. Israel de Sá
UFU



Prof. Dr. Carlos Alberto Turati
IFSULDEMINAS

AGRADECIMENTOS

É nesse instante da vida, em que as palavras são curtas para expressar minha gratidão a tantas pessoas que me possibilitaram vencer esta etapa, que, com o coração cheio de gratidão, agradeço:

A minha família, meu pai Hector, minha irmã Sonia e meu irmão Diego, que mesmo estando a quilômetros de distância, sempre me acompanharam e apoiaram nesta jornada. A minha mãe Ligia, que me ensinou que na vida para conquistar os sonhos precisamos lutar.

Ao Ramón Adrian, meu companheiro, por estar sempre presente e incentivando-me na conquista de meus sonhos.

Ao meu orientador, professor Carlos Piovezani, pelo acolhimento desde o primeiro momento que cheguei ao Brasil. Obrigada mais uma vez professor por ter me dado a honra de ser sua orientanda, por me orientar nesta jornada acadêmica, sempre me oferecendo seu apoio e amizade.

A minhas colegas Diane Paludetto, Maísa Ramos e Ane Bitencourt, pelas leituras e contribuições nas primeiras versões desta dissertação.

A minhas amigas de São Carlos, Maísa Ramos, Denise Leppos e Vivianne Sobral pelo apoio constante, por terem sempre me acompanhado com um sorriso, uma música e uma boa discussão.

Aos professores Vanice Sargentini, Israel de Sá e Carlos Turatti, pelas contribuições e sugestões que foram dadas na qualificação.

À professora Luzmara Cursino, pela generosidade e pela energia positiva que sempre me transmitiu através de um abraço.

Aos colegas do grupo Labor, pelas discussões nas reuniões, as quais permitiram enriquecer minha aprendizagem no campo da AD.

Aos meus amigos da Colômbia, pela cumplicidade e apoio constantes mesmo a distância.

Levo cada um de vocês no meu coração e fico grata à vida por ter a oportunidade de conhecê-los e ter compartilhado gratos momentos que ficarão gravados na minha memória como pertencentes a uma das melhores fases da minha vida.

“O sentimento da unidade latino-americana é o limiar de um novo tempo. O esforço da organização para eliminar a opressão dos poderosos e construir um destino maior e mais justo é o compromisso solene de todos nós”.

Orestes Quécia

Memorial da América Latina. 1989

RESUMO

Considerando de fundamental importância a linguagem na política e compreendendo que a Análise do Discurso consiste em um campo de saber particularmente produtivo para a descrição e a interpretação dos usos da língua em determinadas condições históricas, entre as quais o contexto político eleitoral e as distintas ideologias que ele compreende, esta pesquisa pretende analisar enunciados produzidos pelos candidatos Antanas Mockus Sivickas, do Partido Verde, e Juan Manuel Santos, do Partido da U (Unidade Nacional), nos dois últimos debates eleitorais das eleições presidenciais da Colômbia, no ano de 2010, ao tratarem dos temas: segurança e educação. Com base no pressuposto de que há uma relação constitutiva entre a língua e as ideologias, na medida em que estas últimas materializam-se na primeira, quando da produção do discurso, tal como o formulou Pêcheux (Pêcheux, 2011) e sintetizou Orlandi (2012), que “o discurso é a materialidade específica da ideologia e a língua é a materialidade específica do discurso”, empreendemos aqui a análise dos enunciados sobre segurança e educação, formulados pelos dois candidatos mencionados, nos debates finais do pleito presidencial colombiano de 2010. As análises serão iniciadas com a apresentação das condições de produção dos discursos, envolvendo fatores como a situação da comunicação, o contexto eleitoral e a história política da Colômbia, para que se possa apreender as ideologias materializadas nas formações discursivas ali em jogo e os recursos enunciativos e textuais que os dois candidatos empregaram para formular o que foi dito naquele debate transmitido pela televisão. Em suma, a proposta consiste em buscar compreender os discursos políticos eleitorais desses candidatos, identificando e comparando suas particularidades e afinidades discursivas e, conseqüentemente, suas identidades e diferenças ideológicas. A partir da análise dos processos discursivos dos candidatos Santos e Mockus, emitidos conforme a posição ideológica de cada um foi possível observar registros linguísticos que os colocam em determinadas posições históricas e sociais, produzindo, deste modo, diferentes efeitos de sentido entre os eleitores.

Palavras-chave: Discurso político; Debate eleitoral; Colômbia; Segurança e Educação.

RESUMEN

Considerando la importancia del lenguaje en la política y entendiendo el análisis del discurso político, como un campo de saber que permite la descripción de efectos de sentido dados a partir de determinadas condiciones históricas, entre las cuales encontramos el contexto político electoral y las diferentes ideologías que este comprende, este trabajo de investigación tiene como objetivo analizar los enunciados sobre seguridad y educación producidos por los candidatos Antanas Mockus Sivickas, del Partido Verde, y Juan Manuel Santos, del Partido de la U (Unidad Nacional), en los dos últimos debates electorales del período de elecciones del año 2010. Partiendo del postulado de Pêcheux en el que existe una relación constitutiva entre la lengua y las ideologías, en la medida en que esta última se materializa en la primera, cuando se produce un discurso, (Pêcheux, 2011) y a su vez Orlandi (2012) sintetiza en los siguientes terminos: *“o discurso é a materialidade específica da ideologia e a língua é a materialidade específica do discurso”*, es desde ese sentido que emprendemos el análisis de los enunciados sobre seguridad y educación formulados y mencionados por los dos candidatos los debates finales de las elecciones presidenciales de Colombia en el año 2010. Los análisis se iniciarán con la presentación de las condiciones de producción de los discursos, que comprenden factores del contexto electoral y la historia política de Colombia, deduciendo las ideologías que se encuentran materializadas en las formaciones discursivas, así como los recursos lingüísticos, enunciativos y textuales que los candidatos emplean en sus discursos. En resumen, la propuesta consiste en entender los discursos políticos electorales de estos candidatos Santos y Mockus, identificando y comparando sus afinidades discursivas y consecuentemente sus identidades y diferencias ideológicas. A partir del análisis de los procesos discursivos se puede constatar que los candidatos Mockus y Santos enuncian desde la posición ideológica en la que se encuentran inscritos, evidenciando en sus discursos posiciones históricas que a su vez producen diferentes efectos de sentido entre los electores.

Palabras clave: Discurso Político; Debate electoral; Colombia; Seguridad; Educación.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Funcionamento discursivo	13
Figura 2: Candidatos Presidenciais Colômbia 2010.....	29
Figura 3: Instâncias e dispositivos.....	36
Figura 4: Debate presidencial 2010	40
Figura 5: Manchete do jornal “El Tiempo”. Ano 1952.	42

LISTA DE SIGLAS

AD - Análises do discurso

CNMH - Centro nacional de memória histórica

DNP - Departamento nacional de planejamento

FARC - Forças armadas revolucionarias da Colômbia

FD – Formação discursiva

MEN – Ministério de educação nacional

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPITULO I	5
1.1 Inícios da AD na França	5
1.2 Das primeiras inquietações de Michel Pêcheux aos estudos do discurso	7
1.3 Um olhar sobre os três momentos da AD	10
CAPITULO II.....	19
2.1 Cenário Político e Histórico Colombiano	19
2.1.1 Origem dos Partidos Políticos Tradicionais na Colômbia	22
2.1.2 As eleições de 2010 e seus protagonistas.....	27
2.1.3 Conflito Armado na Colômbia.....	30
2.1.4 Educação	32
2.2 Discurso Político	35
2.3 O debate político eleitoral: algumas propriedades e transformações.....	37
CAPÍTULO III	44
3.1 Análises do debate presidencial de 2010 na Colômbia.....	44
3.1.1 O conflito armado: um discurso sem fim	45
3.1.2 A educação: um discurso silenciado na Colômbia.....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS	68

INTRODUÇÃO

O enunciado do célebre pensador Darcy Ribeiro (1977), de que "A crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto.", não estaria equivocado se o autor, ao invés de Brasil, tivesse dito Colômbia. Na Colômbia, a depreciação da educação também é um projeto que se faz evidente, já que o tema é constantemente silenciado nos discursos políticos dos candidatos presidenciais e considerado como um segundo plano de investimento no país, esquecendo-se da importância da educação na formação da sociedade. Aliás, a educação na Colômbia não só está afetada por problemas de qualidade, pela dificuldade de acesso da população à educação superior, mas também pelo impacto do conflito armado que, na educação, tem sido devastador. A deserção escolar de estudantes e professores em zonas de conflito, a inserção de crianças e jovens em grupos guerrilheiros ou nas fileiras militares são todos problemas latentes da sociedade colombiana. Entretanto, são sempre esquecidos nos debates políticos, nos quais o tema segurança é sempre priorizado em detrimento do tema educação. Devido ao contexto de insegurança que se vive na Colômbia, com certeza os candidatos presidenciais entendem que ao falarem de segurança conseguem melhores efeitos sobre os eleitores, e, conseqüentemente, mais votos para se elegerem representantes do povo colombiano.

A meu ver, no entanto, a educação sempre foi tema a ser priorizado. Meu interesse pela educação começou desde minha condição de aluna, nos diferentes níveis de ensino, e foi aumentando ainda mais quando iniciei meus estudos de graduação na Licenciatura em Pedagogia Infantil. Foi nessa direção e na procura de uma nova oportunidade acadêmica que, pelos acasos da vida, conheci a Universidade Federal de São Carlos, onde meu namorado, na época, cursava mestrado. O interesse pelo programa de Linguística e, em particular, na linha do discurso político, nasceu ao cursar a disciplina Voz, Discurso e Subjetividade, na qual conheci o Professor Carlos Piovezani.

Foi em função desse contato que, em alguma medida, desviei da Pedagogia para os estudos do discurso, o que não significava que o interesse pela educação tivesse sido excluído; pelo contrário, em função deste interesse é que a educação está contemplada em nosso trabalho. Em contrapartida, falar da Colômbia e, particularmente, falar da política na Colômbia e não levar em conta o tema da segurança não é possível, em função daquilo que mostraremos de forma mais detalhada no segundo capítulo deste trabalho.

Para nossa pesquisa selecionamos os temas "segurança" e "educação", discutidos nos dois debates finais de 2010. Consideramos o debate como um dos cenários que têm maior influência nos eleitores, embora o efeito credibilidade no discurso político é, quase sempre,

desqualificado ou até mesmo rechaçado, pelo fato de que a “palavra” do político costuma ser recebida com desconfiança pelos seus eleitores. Mais ainda pelo fato de que, na atualidade, denúncias de casos de corrupção e a propagada ineficiência dos políticos nas funções públicas têm deslegitimado o discurso dos candidatos. Para Piovezani (2009; p. 280), o descrédito da fala pública faz com que se “torne necessária uma intensificação dos procedimentos que visam à conquista de credibilidade e à refutação do estigma de mentiroso carregado por esse discurso”. Deste modo, a credibilidade pode ser construída pelo candidato através de seus pronunciamentos.

Uma vez que o que nos interessa é a apreensão do que se diz no discurso político colombiano sobre segurança e educação, fundamentamos esta pesquisa nos postulados teóricos e metodológicos da Análise do Discurso Francesa, principalmente nos postulados de Michel Pêcheux. Deste modo, esta dissertação enseja descrever e interpretar o quê e como os candidatos presidenciais falam de segurança e educação nos debates eleitorais, com vistas a determinar os efeitos de sentido produzidos pelos candidatos, permitindo-nos comparar os discursos dos candidatos a fim de estabelecer as diferenças ideológicas entre eles.

Levando em consideração os objetivos explicitados acima, nossa pesquisa será desenvolvida através da análise de enunciados que tratam manifestamente dos temas de segurança e educação, mais especificamente nosso objeto se constitui de sequências discursivas que foram extraídas de dois debates eleitorais entre os candidatos *Juan Manuel Santos*, representante do *Partido de la U*, e *Antanas Mockus*, representante do *Partido Verde*. Os debates foram veiculados pelos canais televisivos *CM&* e *Caracol* e ocorridos respectivamente nos dias 3 e 15 de Junho de 2010. Os enunciados que estiveram mais presentes no corpus desta pesquisa foram retirados, sobretudo, do debate veiculado pela rede *Caracol*. Uma vez que neste debate não houve referência ao tema educação, recorreremos ao debate veiculado pelo canal *CM&* para extrair dele os enunciados sobre educação. A emergência desses temas nos debates coincide com um momento de conflito entre a Colômbia e os países fronteiriços, além da preocupação dos partidos da situação de dar continuidade ao plano de governo denominado de seguridade democrática¹, levado pelo presidente da época, Alvaro Uribe.

No ano de 2010, após oito anos de governo de Álvaro Uribe Vélez, e frente à impossibilidade de uma reeleição, os colombianos enfrentavam as eleições presidenciais

¹ Seguridade Democrática é uma política governamental do ex-presidente Álvaro Uribe Vélez, que propõe um papel mais ativo da sociedade colombiana dentro da luta do estado e de seus órgãos de seguridade frente à ameaça de grupos insurgentes e outros grupos armados.

depois de terem passado por um governo caracterizado por diferentes escândalos de corrupção e violência. As campanhas eleitorais giraram em torno de nove candidatos presidenciais, dos quais destacamos os dois atores fundamentais na nossa pesquisa, e que chegaram no debate final. O candidato da oposição Antanas Mockus, candidato pelo *Partido Verde* de centro-esquerda, destacava-se pela chamada “*ola verde*”, sendo que os jovens e as redes sociais eram sua principal estratégia política. Juan Manuel Santos, candidato pelo *Partido Social de Unidad Nacional (Partido de la U)*, posteriormente eleito presidente com uma votação histórica de mais de nove milhões de votos, garantia a continuidade das políticas estabelecidas pelo ex-governante Álvaro Uribe.

Com vistas a alcançar os objetivos, percorremos um trajeto composto por três capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos os fundamentos teóricos da Análise do Discurso de linha Francesa, um campo de conhecimento que surgiu na França nos anos 60. Suas contribuições foram alicerçadas em três principais saberes: o materialismo histórico, a linguística e a psicanálise. Deste modo, nessa primeira parte do trabalho abordamos os três momentos principais da teoria francesa que deram as maiores contribuições para a constituição dessa disciplina, configurando a noção de discurso como efeitos de sentidos entre locutores, como sujeitos que constroem seu discurso a partir de diferentes condições de produção dadas em determinados momentos históricos.

Na conjuntura histórica e na própria formação da Colômbia como nação, a política é um assunto que gera polêmica entre seus cidadãos, pois o país ainda se encontra no cenário de uma guerra civil² de mais de 60 anos, com a corrupção e a violação dos direitos dos cidadãos causando um desequilíbrio interno no país. No segundo capítulo, expomos os momentos históricos da política colombiana iniciando nos primeiros momentos da colonização que, por sua vez, se entrecruzaram com os acontecimentos violentos que deram origem aos partidos políticos tradicionais da Colômbia. Concluimos nosso percurso pela história política da Colômbia apresentando o período eleitoral de 2010, assim como seus protagonistas, Antanas Mockus e Juan Manuel Santos. Uma vez encerradas as nossas observações sobre o cenário político colombiano, passamos então a apresentar uma caracterização do discurso político, entendendo que este se configura a partir de determinadas particularidades na cena de uma

²A Guerra Civil de 1860-1862 foi um conflito que opôs o governo conservador de Mariano Ospina Rodríguez ao Partido Liberal que apoiou o federalismo, originada pelas reformas levadas a cabo pelos conservadores e pelo presidente.

fala pública, seja na conquista do poder ou na persuasão de determinados eleitores, segundo sugere M. Fernández Lagunilla:

“El lenguaje o el discurso político son los enunciados verbales (orales o escritos), producidos por los políticos, que tratan de cuestiones de interés para los ciudadanos como integrantes de una sociedad organizada institucionalmente. Esta definición se basa en tres de los elementos esenciales de toda comunicación (quién habla, a quién se habla y sobre qué se habla), y corresponde al sentido restringido del término político en la expresión de uso tradicional lenguaje político o en la de la lengua en la comunicación política” (1999, p. 11).

Por último, no terceiro capítulo, apresentamos os enunciados de cada candidato sobre os temas segurança e educação, visando compreender o que se fala a esse respeito, com base nas discussões levadas ao longo dessa pesquisa e entendendo que cada enunciado dos candidatos Santos e Mockus tem produzido efeitos de sentido no seus eleitores, efeitos que são relacionados às posições ideológicas ocupadas pelos sujeitos políticos no processo discursivo. Também abordamos as formas do silêncio propostas por Eni Orlandi, para quem “o silêncio é o real do discurso” (1995, p.89), ou seja, um “continuum” significativa, o que possibilita novos sentidos, silêncio que se significa, o que nos permitirá entender o apagamento do discurso da educação nas eleições de 2010. Esta mesma autora propôs dois funcionamentos do silêncio: silêncio como fundante e a política do silêncio, os quais nos possibilitaram a reflexão em torno do silenciamento sobre os enunciados de educação.

Nossa reflexão sobre o silêncio, a partir de Orlandi, nos permitirá compreender melhor por que razão são tão presentes os discursos sobre segurança, tanto quanto compreender os esquecimentos a respeito da educação no discurso político colombiano, em particular nos debates que analisamos.

CAPITULO I

Uma nova concepção teórica – discursiva nasce na França

1.1 Inícios da AD na França

Nos anos 60 do século XX, no momento do auge do estruturalismo, estudiosos como Althusser, figura ilustre da *École Normale Supérieure*, e teóricos de diferentes áreas se reuniram em torno da Filosofia e de uma nova reflexão sobre as Ciências Humanas e Sociais. A finalidade do grupo era a de fazer uma releitura dos postulados de Marx com o propósito de “Ressuscitar um marxismo científico desembaraçado das escórias dos regimes [...]” (DOSSE, 1993, p.329). Nesse sentido:

Althusser propõe um marxismo renovado e expurgado de seu destino funesto [...] Ele respondia a esse desejo de corte de uma nova geração que não queria carregar o fardo dos crimes estalinistas e tinha sede de absoluto. O que permite a conciliação paradoxal de um voluntarismo político muitas vezes delirante, de um militantismo encarniçado, com a concepção de um processo sem Sujeito que se une ao engajamento místico. (...) [toda uma geração de jovens intelectuais] se apodera do “Marx maduro” e o transforma em estandarte da cientificidade. (DOSSE, 1993, p. 334)

A teoria althusseriana tinha como objetivo contribuir para a renovação das Ciências Humanas e Sociais e propor a Filosofia como uma “*teoria das práticas teóricas*” (GREGOLIN, 2006). Tal proposta seria concretizada a partir da confluência de três ciências: a Psicanálise, a Antropologia e a Linguística. Essas ciências eram consideradas como disciplinas de vanguarda na época.

Posteriormente, o grupo da *École Normale Supérieure* adquiriu visibilidade ao realizar a leitura de *O Capital* e apresentar duas publicações importantes: *Ler o Capital* (1965/obra coletiva) e o livro de Louis Althusser, *Em favor de Marx* (1965). Estas obras se tornaram referências de uma nova leitura de Marx e fomentaram o “marxismo ocidental”. A partir daí, emergiu uma nova geração de posicionamentos teóricos e políticos, na medida em que

diferentes estudiosos passaram a incorporar em suas obras as leituras althusserianas, a saber: Nicos Poulantzas (Sociologia); Michel Pêcheux e Michel Fichant (Epistemologia; Análise do Discurso); Claudine Normand (Linguística); Jacques Guilhaumou, Régine Robin, Denise Maldidier (História). Esses autores acrescentaram a seus estudos um posicionamento teórico particular, que se apoiava nas Ciências Humanas (História, Filosofia, Sociologia, Psicanálise, dentre outras), trazendo a transdisciplinaridade a suas respectivas discussões. Adiante, o pensamento do estudioso Althusser se reposiciona na segunda edição de *Ler O Capital* (1968), quando ele desloca a oposição entre ciência *versus* ideologia e a função da filosofia é reorientada em direção da práxis, das lutas políticas de classe (GREGOLIN, 2006,). É nessa seara que Althusser propõe uma concepção cara à análise do discurso pêcheutiana, a de “aparelho ideológico do estado”. Ao articular o marxismo com a psicanálise, Althusser declara que “a ideologia é eterna, como o inconsciente” e formula a seguinte ideia: “ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER apud PAVEAU; SARFATI, 2006). Nessa ótica, esse teórico considera que a ideologia tem uma existência material, materializada em práticas discursivas, o que o leva a introduzir o conceito de interpelação, que é a dimensão discursiva da ideologia.

Nesse mesmo momento histórico, surgia Lacan e suas releituras de Freud sobre o inconsciente e o sujeito. A partir dessas releituras, concebe-se o princípio de que “o inconsciente está estruturado como uma linguagem”. E, dessa maneira, “A ciência de que depende o inconsciente é certamente a linguística” (LACAN apud DOSSE, 1993, p.151). Lacan desloca a ideia de Saussure ao considerar que a linguagem se encontra constituída por significantes e não por signos. Na perspectiva lacaniana, existe uma importância do significante sobre o significado, produzindo um “efeito de significante que remete ele próprio para um outro significante, é o produto da linguagem que fala nele” (DOSSE, 1993,p.132). Essas afirmações permitem pensar que, quando se toma a palavra e se fala, cria um espaço entre os significantes, o que evidencia a distância entre a linguagem e o mundo. Segundo o pensamento desenvolvido por Lacan (1985, p. 188), o sujeito falante, *o parlêtre*, é um sujeito dividido pelo funcionamento da linguagem, pois é “atingido por essa descontinuidade, barrado e em via de se barrar; é o que vai marcá-lo com um inconsciente.” (LEBRUN, 2008, p. 51).

Os percursos de Lacan e principalmente de Althusser permitiriam que o filósofo Michel Pêcheux se consolidasse como um dos precursores teóricos da Análise do Discurso. Com efeito, o quadro epistemológico para a AD, conforme desenvolvido por Pêcheux e que será apresentado na sequência, apresenta-se como a articulação de três campos do conhecimento

científico: o materialismo histórico, a linguística e a psicanálise. O discurso associado a esses três domínios ganha a forma de uma promissora teoria do discurso.

1.2 Das primeiras inquietações de Michel Pêcheux aos estudos do discurso

Segundo Paul Henry (2010), Pêcheux, em seus primeiros trabalhos, questiona a prática das ciências sociais, cujo estado era considerado pré-científico e carente de instrumentos. Uma das críticas mais contundentes que Pêcheux direcionou às Ciências Sociais concerne à carência de estudos da política enquanto problemática na área.

Nesse sentido, no artigo *Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social*, Pêcheux, com o pseudônimo de Thomas Herbert, critica duplamente a situação teórica das ciências sociais: de um lado, sua crítica tem caráter interno, direcionada aos próprios cientistas, ao modo como determinam aquilo que seria útil ou inútil, com vistas a ampliar os conhecimentos quanto aos seus respectivos campos de atuação; de outro lado, a partir de um caráter externo, Pêcheux critica a finalidade dos trabalhos filosóficos no sentido de terem por finalidade “examinar a ciência enquanto horizonte teleológico, isto é, na sua relação com o ‘resto’...” (HERBERT, [1966], 1973, p. 4).

Ao discorrer sobre essas duas críticas, o autor sustenta que elas se referem a diferentes problemas. Por um ângulo, a crítica interna não relaciona a ciência com seu horizonte teleológico, ou seja, com as demais práticas sociais; por outro, a crítica externa defende que a filosofia seja neutra com as ciências e as práticas sociais de tal modo que não sejam vistas de maneira superficial.

Frente a estas críticas, Pêcheux /Herbert assegura que “somente a nova forma do trabalho que L. Althusser designou como trabalho da Teoria permite discernir onde nós estávamos, e estamos ainda” (HERBERT, [1966], 1973, p. 5). Nessa seara, o pensador faz crítica às ciências sociais a partir do Materialismo Dialético. No entanto, a crítica do filósofo não toma como referência unicamente a crítica interna ou a externa, mas considera que existe uma síntese entre as duas. Considerando estas reflexões, Henry (1997, p. 18) destaca que a crítica de Herbert se pauta na ciência, e a ciência de onde deve partir essa crítica é “a ciência, ou as ciências, do terreno ou do domínio que elas [as ciências sociais] ocupam”.

Em consonância com as questões anteriores, a análise que realiza Pêcheux/ Herbert, baseada nos postulados do Materialismo histórico, conclui que as ciências sociais não são ciências, levando em consideração que elas não podem ocupar o mesmo lugar que ocupam as ciências da natureza. Para o autor, as ciências sociais ocupavam de maneira equivocada o

lugar da prática científica, ou seja, careciam de um instrumento científico, um instrumento que possibilitasse uma nova abertura teórica. Por conseguinte, ao demonstrar qual era o problema das ciências sociais, Pêcheux propôs alternativas que pudessem gerar uma mudança de terreno, defendendo que as ciências sociais dessem lugar às “ciências das ideologias”, isto é, que as ciências sociais passassem a ser uma prática de intervenção política.

A fundação da teoria pêcheutiana é considerada a partir da publicação da obra *Análise Automática do Discurso ADD69 (1969)*, que propõe novos métodos para a construção da “teoria do discurso”, o que permitiu integrar áreas de conhecimento como o materialismo histórico, a linguística e a psicanálise.

Na teoria do discurso, a contribuição do materialismo histórico propicia o estudo das formações sociais, no interior das quais se estabelecem relações de força e de produção que estruturam a sociedade. Sendo assim, toma-se o discurso como lugar de materialização das ideologias. Nesse campo, a psicanálise é apreendida para a construção da concepção do sujeito no discurso. Da relação entre a psicanálise e os trabalhos de Lacan, pressupõe-se que o falar integra o lugar onde se fala, assim como a fala do outro. É assim que, na linguagem, a subjetividade se dá a partir da distância estabelecida entre as palavras e as coisas ditas.

Quanto à linguística, Pêcheux apoia-se em Saussure, reconhecendo nele o ponto de origem da ciência linguística. Saussure atribui à língua, concebida como um sistema, o estatuto de objeto dos estudos linguísticos, excluindo a fala desse campo. A língua se opõe à fala, sendo a primeira sistêmica e objetiva e a segunda concreta, variável de acordo com cada falante e, por isso, subjetiva.

Para Pêcheux, o deslocamento conceitual introduzido por Saussure consiste em separar a homogeneidade cúmplice entre a prática e a teoria da linguagem, pois, sendo a língua pensada como um sistema, ela “deixa de ser compreendida como tendo a função de exprimir sentido; ela torna-se um objeto do qual uma ciência pode descrever o funcionamento” (PÊCHEUX, 1997, p.62).

O teórico constata que a oposição língua/fala não poderia se incumbir da problemática do discurso, mas, para resolver o problema, ele não procura diluir esta oposição, e, sim, refletir sobre a fala, polo da oposição, menos desenvolvido por Saussure (CARDOSO, 1999). Pêcheux coloca o discurso “entre a linguagem (vista a partir da linguística, do conceito saussuriano de langue) e a ideologia” (HENRY, 1997, p.35).

Com a Linguística da Enunciação, de Émile Benveniste, acentuou-se o interesse pelo discurso, já que, colocando a língua em funcionamento, liberta-se da imobilidade da estrutura,

pois, nessa concepção de língua como sistema ou estrutura, os valores são relativos e diferenciais, bloqueando todo o processo de significação e de mudança linguística.

Benveniste e Pêcheux atribuem a Saussure a instauração dos “fundamentos” da Linguística e do “corte epistemológico” efetivado em seu interior, apresentando uma versão endógena da história das ciências da linguagem e usufruindo das prerrogativas dessa versão. Ambos reivindicam o legado de Saussure e situam-se mais ou menos na ascendência de seu pensamento, mas advogam também a necessidade e a capacidade de ultrapassá-lo (PIOVEZANI, 2008, p.8). Nesse rumo, frente ao postulado de Saussure, Pêcheux questiona a ausência da “subjetividade da linguagem” e a “ordem do discurso”.

É que, na perspectiva da Análise do Discurso, o conceito científico de língua opõe-se à noção de fala, que representa a maneira pela qual cada indivíduo utiliza a língua, a maneira única pela qual cada sujeito falante manifesta sua liberdade, dizendo aquilo que jamais será ouvido duas vezes. Porém, essa liberdade aparece imediatamente submetida a leis, não somente no sentido de coerções jurídicas, mas também no sentido de determinações sócio-históricas dessa liberdade da fala. Assim, em dada época e por um dado meio social, a fala se organiza necessariamente em sistemas regidos por leis (PÊCHEUX, 2011, p. 69-70).

Diante desses fundamentos epistemológicos, a análise do discurso pêcheutiana torna-se interessante na medida em que esse campo nasce como uma política da leitura, uma teoria da interpretação. Desse modo, compreendemos, assim como Pêcheux (2010 [1969]), o discurso como um efeito de sentidos entre interlocutores. Ou seja, há no discurso uma relação entre o simbólico e o político, pois o discurso é pensado não como uma simples transmissão de informação entre sujeitos, mas como efeito de sentidos entre sujeitos que, mesmo sem saber, ocupam lugares determinados no sistema de (re) produção discursiva.

Todo discurso é derivado de suas condições de produção, e são essas condições que devem ser levadas em conta para que se possa compreender os efeitos de sentido de um dado discurso: *“Com efeito, o laço que une as “significações” de um texto às suas condições sócio-históricas não é meramente secundário, mas constitutivo das próprias significações* (PÊCHEUX; HAROCHE; HENRY, 2007, p. 20; grifo dos autores).

A teoria pêcheutiana traz uma grande contribuição aos estudos linguísticos ao demonstrar os embates ideológicos que ocorrem no funcionamento da linguagem e da manifestação da ideologia na materialidade linguística. Nesse contexto, a linguagem não pode ser compreendida como um sistema significativo fechado, sem relação com o exterior. A linguagem deve ser concebida a partir do contexto histórico-ideológico dos sujeitos que a produzem e que a interpretam.

Considerando-se as três fases distintas desse aparato teórico de interpretação, que refletem a elaboração e reelaboração dos conceitos que constituem a AD, faz-se importante apresentar as noções fundamentais que sustentam a base teórica de nossa pesquisa.

1.3 Um olhar sobre os três momentos da AD

Nas palavras de Denise Maldidier (1988, p.181), “a história da constituição da AD pode talvez ser vista como uma amostra da história das ciências dentro de um domínio, onde a ruptura é sempre lugar de recobrimentos”. Essa afirmação faz referência aos deslocamentos teóricos sofridos pela Análise de Discurso (AD) quanto às transformações ao longo de seu percurso de construção teórico-metodológico. A autora, didaticamente, descreve o trajeto das construções e desconstruções pelas quais passou a Análise de Discurso preconizada por Michel Pêcheux e seu grupo. Como membro do grupo de analistas do discurso, precursores na teoria, Maldidier (2003) classifica a teoria do discurso nas seguintes épocas: “O tempo das grandes construções 1969-1975”, “Tentativas – 1976-1979” e “A desconstrução domesticada 1980-1983”. Cada fase trouxe consigo inúmeros questionamentos teóricos que permitiram reconsiderar a teoria e, por conseguinte, o tema principal do campo de estudo: o discurso.

Em 1969, Michel Pêcheux, com a influência da Linguística, do Materialismo Histórico e da Psicanálise, publicou *A Análise Automática do Discurso* (1969). O discurso associado a esses três campos do conhecimento ganha a forma de uma máquina discursiva que propõe uma teoria do discurso, com suas noções de condições de produção e ideologia, mas ainda em estado embrionário.

A época seguinte é marcada por uma nova conjuntura teórica. Historiadores como Jacques Guilhaumou e Régine Robin refletiam sobre as relações de ideologia e discurso. É nesse segundo momento da AD que surge a reflexão (filosófica) sobre se considerarem as relações entre as *máquinas* como objeto da AD, tratando-as como relações de força opostas e desiguais no interior de processos discursivos (PÊCHEUX, 1983, p. 309). Tal reflexão aponta para uma reavaliação da questão do sujeito e do sentido.

A relevância desta segunda fase é associada ao conceito de formação discursiva (FD), expressão que pode ter sido ou não emprestada da obra de Michel Foucault (*A arqueologia do saber*, 1969), que foi concebida como um componente da formação ideológica e representa uma primeira relação entre a história e a materialidade linguageira (MALDIDIER, 2011, p. 50). Para Foucault (2010, p. 43):

[...] quando se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva.

Ainda na perspectiva de Foucault (2010, p. 132), um enunciado pertence a uma formação discursiva como uma frase pertence a um texto. Mas enquanto a regularidade de uma frase é definida pelas leis de uma língua, a regularidade dos enunciados é definida pela própria formação discursiva.

Pêcheux retoma o conceito de formação discursiva no texto “Língua, linguagens, discurso”, de 1971, no qual reflete sobre a materialidade do discurso e do sentido: os indivíduos são interpelados em sujeitos falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam na “língua” as formações ideológicas que lhes são correspondentes (GREGOLIN, 2006, p.62).

Segundo Pêcheux (1997, p. 314), o fechamento da maquinaria continua conservado, pois o sujeito continua sendo concebido como “puro efeito de assujeitamento à maquinaria da FD com a qual ele se identifica”. Com efeito, Maldidier (2011, p. 53) sustenta que “sob a dominação da ideologia dominante e do interdiscurso, o sentido se constitui na Formação Discursiva, à revelia do sujeito, que, ignorando seu assujeitamento à Ideologia, se crê dono de seu discurso e fonte de seu sentido”.

Na fase denominada “A desconstrução domesticada 1980-1983”, novas formulações foram postas em jogo no quadro epistemológico da AD, que foi marcado pela ênfase do *outro* sobre o mesmo e pela *desconstrução das maquinarias discursivas*. Pêcheux volta às fontes e se direciona a outras formas discursivas, a dos discursos não legitimados, das ideologias dominadas, dos discursos subterrâneos, enfim, reproblematisa o discurso. O “mesmo” e o “homogêneo” dão lugar ao “outro” e ao “heterogêneo” (MALDIDIER, 2011, p. 57).

Ainda segundo Maldidier (2011, p. 59-61), nessa nova AD os conceitos de interdiscurso, pré-construído e intradiscurso permanecem centrais, mas sem a rigidez e a homogeneidade de antes. Na nova AD há uma formulação de novas hipóteses, um novo olhar para a obra de Michel Foucault. Ela convida à construção de objetos discursivos numa tríplice tensão entre a sistematicidade da língua, da historicidade e da interdiscursividade.

A partir de então, a AD prioriza o conceito de interdiscurso ao se relacionar com a noção de heterogeneidade. Nesta fase abre-se um novo momento teórico no qual Pêcheux inaugura uma nova percepção do político. Conceitos como as materialidades discursivas, a memória discursiva, principalmente a “*memória da história*”, o debate sobre o *corpus*, a presença de

não-ditos na construção dos dizeres, a noção de arquivo, interdiscurso, dentre outras discussões, começam a desconstruir o dito no interior da AD. Diante do que já vimos nos voltamos agora para constituição da AD e a definição dos conceitos mais relevantes para este campo e que guiaram este trabalho.

1.3.1 Formação discursiva, condições de produção, interdiscurso e memória discursiva.

Um das principais categorias de análise de discurso proposta por Pêcheux diz respeito ao conceito de formação discursiva, juntamente com os conceitos de condições de produção, interdiscurso e memória discursiva.

A introdução do conceito de formação discursiva desloca a noção de máquina estrutural fechada, na medida em que o dispositivo da formação discursiva está em relação paradoxal com seu ‘exterior’: “uma formação discursiva não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar” (PÊCHEUX 1997, p.314). São as formações discursivas que determinam o que pode e deve ser dito em uma dada conjuntura, de acordo com a posição e formação ideológica com as quais se tem relação de pertencimento:

[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.). Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas [...] as formações discursivas representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes. Pêcheux (2009 [1975], p. 147).

Desse modo, as formações discursivas encontram-se interligadas no interior de formações ideológicas que determinam o que pode ser dito, principalmente em lugares de contradição, resistência e conflito.

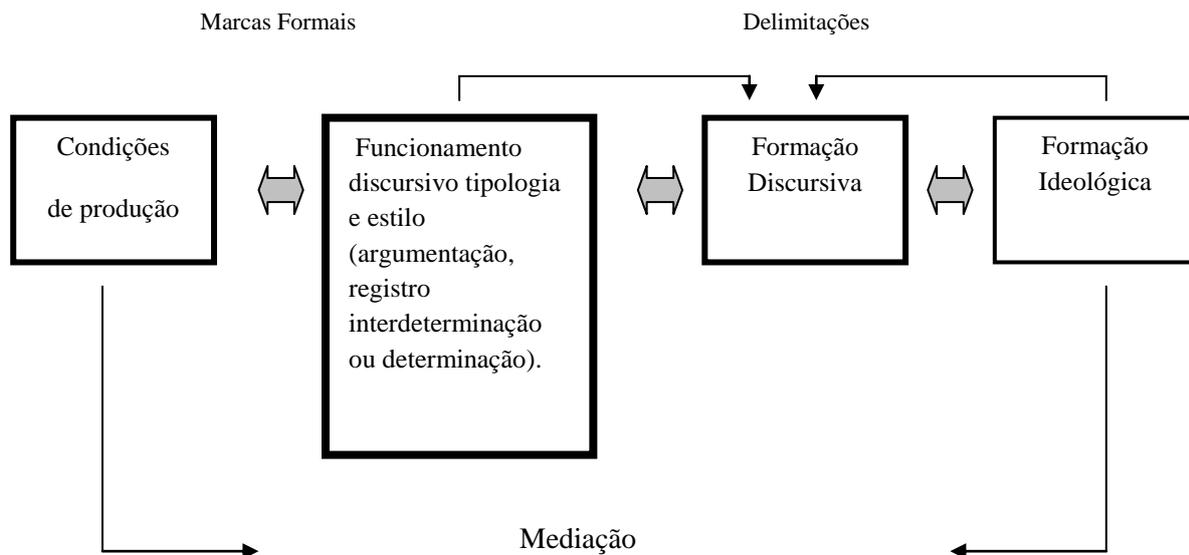
Nas palavras de Courtine, acerca das relações entre as formações discursivas e as formações ideológicas:

As FD são componentes interligados das FI. Isso implica que as FD que constituem a mesma FI possam ser distinguidas umas das outras (em razão, por exemplo, de sua “especialização”), mas sobretudo que as FD que dependem de FI antagônicas, aliadas, mantêm entre si relações contraditórias que se inscrevem necessariamente na própria materialidade dessas FD, isto é, em sua materialidade linguística. Se uma FD é o que, em uma dada FI e em uma conjuntura, determina

“o que pode e deve ser dito” (o que equivale a dizer que as palavras, expressões, proposições recebem seu sentido da FD na qual são produzidas), convém acrescentar que essa característica não é isolada das relações contraditórias que uma FD estabelece com outra FD (COURTINE, 2009, p.73).

Por conseguinte, o autor afirma que o sentido de uma sequência só é materialmente possível na medida em que pertence a uma ou outra formação discursiva. Então, entendemos que os efeitos de sentido se dão no interior de uma formação discursiva, na medida em que cada sequência se origina numa matriz do sentido que se encontra no interior dessa formação. Assim, o funcionamento discursivo, consoante se reproduz na figura abaixo, é a atividade de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado, em um tempo e espaço determinados. Portanto, representa os interlocutores e as relações que eles mantêm com a formação ideológica.

Figura 1: Funcionamento discursivo



Fonte: (ORLANDI, 2006, p. 132)

A figura acima mostra como o percurso feito nos sentidos tem implicações fortes para a análise e a teoria do discurso e delimita o conjunto de marcas para uma formação discursiva, assim como descreve as marcas que vão caracterizá-la. Isto está marcado pelo funcionamento discursivo.

Assim, as palavras adquirem sentido de acordo com a formação discursiva na qual elas estão inseridas. Em outros termos, é possível dizer que as palavras não possuem sentido em si mesmas. O sentido das palavras é construído de acordo com o pertencimento ideológico do sujeito que enuncia o que possibilita que determinados efeitos de sentidos sejam produzidos.

No campo da análise do discurso, o que importa é destacar o modo de funcionamento da linguagem, uma vez que dele fazem parte as *condições de produção* como conceito básico na AD. As condições de produção representam o mecanismo de situar os protagonistas e o objeto do discurso (ORLANDI, 2006,). Para o funcionamento da linguagem, os sujeitos são posicionados como representantes em lugares determinados, o que significa que cada sujeito enuncia a partir das posições historicamente construídas. Segundo Malidier (2003), Pêcheux destaca o conceito de condições de produção quando o discurso é determinado por um exterior, o que permite que o significado do discurso seja o tecido histórico social que o constitui. Deste modo, são as condições de produção que caracterizam o discurso, o constituem e como tal se convertem em objeto de análises. Na ótica pêcheutiana (PÊCHEUX, 1997), é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, sendo necessário sempre referir os enunciados ao conjunto de discursos possíveis, a partir de um estado definido das condições de produção. O filósofo também afirma que o estudo dos processos discursivos supõe duas ordens de pesquisa, quais sejam:

O estudo da ligação entre as “circunstâncias” de um discurso, que chamaremos daqui em diante suas *condições de produção* e seu processo de produção. Esta perspectiva está representada na linguística atual pelo papel dado ao contexto ou à situação, como pano de fundo específico dos discursos, que torna possível sua formulação e sua compreensão (PÊCHEUX, 1969, p.75 apud POSSENTI 366).

É interessante notar, a partir de tal postulação, a referência à *circunstância* como condições de produção, deslocando o funcionamento do discurso do cenário pragmático e posicionando-o a partir de enunciados caracterizados, sobretudo por marcas históricas. Tal apreensão evidencia uma materialidade histórica, constituída pelas relações sociais de uma determinada formação social, em meio às quais os sujeitos históricos trabalham na formulação dos “seus” dizeres. Deste modo, as condições de produção são dadas pelo exterior e pelos acontecimentos históricos nos quais se inscreve o sujeito do discurso.

Dito de outro modo, “cada um enuncia a partir de posições que são historicamente constituídas” (POSSENTI, 2004, p. 368):

O que confere ou garante o sentido ao que um enunciado diz não é o contexto imediato em que está situado e ao qual se ligariam certos elementos da língua (embreadores) ou certas características do enunciado (implícitos), mas as posições ideológicas a que está submetido e as relações entre o que diz e o que já foi dito da mesma posição, considerando, eventualmente ou em geral, que ela se opõe a uma que lhe seja contrária.

Desse modo, nota-se que o sujeito que enuncia ao produzir um discurso se vê mediado pela formação ideológica na qual se inscreve em determinadas condições de produção. Sendo assim, ao inscrever-se num dado espaço socioideológico, o sujeito evidencia a instância ideológica à qual pertence. É possível, a partir de certos enunciados, em certas épocas e lugares, determinar as condições e possibilidades de discurso integradas por diferentes enunciados. Sendo assim, as condições de produção compreendem fundamentalmente os sujeitos e a posição social, já que as palavras significam conforme as formações discursivas.

Courtine (2009) organizou o postulado de Pêcheux para definir o conceito de condições de produção em um lugar teórico deslocado da definição empírica de “situação de enunciação”. Parte-se para a projeção de um possível quadro teórico como ressignificação da noção de formação discursiva que aparece desde 1971 em AD (HAROCHE, HENRY & PECHEUX, 1971, p.102). Neste sentido, uma das principais contribuições dos estudos pêcheutianos reside no trabalho teórico em torno dos conceitos de *interdiscurso*, *intradiscurso*, *efeito de pré-construído* e *efeito-transverso*, caracterizando o processo de discursividade, conforme se verifica na obra *Semântica e discurso* (1988 [1975], p. 259):

Os termos: interdiscurso, intradiscurso, efeito de pré-construído e efeito-transverso – introduzidos ao longo deste trabalho e que justamente caracterizam, segundo o que pensamos, a forma da discursividade – não correspondem, portanto, a fenômenos linguísticos: *representam, em relação à base linguística, a existência determinante do todo complexo das formações ideológicas*, submetido, em condições históricas sempre específicas, à lei “geral” de desigualdade que afeta essas formações (enquanto ideologias práticas e ideologias teóricas, e através de suas características ao mesmo tempo “regionais” e de classe) no processo de reprodução/transformação das relações de produção existentes.

Courtine retoma o conceito de interdiscurso como a instância de formação do pré-construído, que funciona, por sua vez, como um elemento regulador do deslocamento das fronteiras de uma FD, controlando a sua reconfiguração de forma a permitir a incorporação de pré-construídos que lhe são exteriores e a provocar redefinições, apagamentos, esquecimentos ou denegações entre os elementos de saber da referida FD (INDURSKI apud COURTINE, 1992, p.18).

Segundo Pêcheux (apud BRANDÃO, 1986, p.39), um pré-construído designa aquilo que remete a uma construção anterior e exterior, portanto, independentemente do que é “construído” pelo enunciado. Assim, o pré-construído faz parte do interdiscurso de tal modo que é o fundamento teórico através do qual a formação discursiva, concebida como um domínio de saber fechado relaciona-se com seu exterior. Nas palavras de Pêcheux, a “formação discursiva é invadida por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras

formações discursivas) e se repetem nela". Nesse entrelaçamento da formação discursiva com seu exterior são descobertos pontos de confronto nas fronteiras internas da formação discursiva, as zonas atravessadas por toda uma zona de efeitos discursivos, tematizados como efeitos de ambiguidade ideológica, de divisão, de resposta pronta e de réplicas estratégicas (INDURSKI, 1992, p.25).

“O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2005). Certamente, o interdiscurso é o lugar em que se situam os objetos dos quais o sujeito enunciatador se apropria para utilizar-se deles no seu discurso. Portanto, todo discurso produzido, de uma forma ou de outra, se relaciona com algo que já foi dito anteriormente a ele, pois quem o produz se apropria do já-dito para construir seu discurso.

Já o conceito de memória discursiva, termo integralizado na terceira fase dos estudos pècheutianos, diz respeito à recorrência de dizeres que emergem a partir de uma condição histórica específica, sendo atualizada ou esquecida de acordo com o processo discursivo. É algo que fala sempre, antes, em outro lugar. Em outras palavras, é possível dizer que a memória discursiva parte de um momento histórico:

O discurso não é um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe (...) só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço (PÊCHEUX, 1997, p. 56.).

Pêcheux justifica que a “memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 2010, p.50), o que determina que a memória discursiva seja uma esfera coletiva e social que propicie as condições necessárias de um funcionamento discursivo. Nesse sentido:

A memória seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 2010, p.52).

A memória discursiva apresenta um cenário que retoma discursos anteriores, constituindo as forças ideológicas que priorizam restabelecer os implícitos (os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos) e forças antagônicas que lutam para desestabilizar e desregular os já-ditos, por meio do que Pêcheux denomina de efeitos de paráfrase:

Haveria assim sempre um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento: - um jogo de força que visa manter uma regularização preexistente com os implícitos que ela veicula, confortá-la como “boa forma”, estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo; – mas também, ao contrário, o jogo de força de uma “desregulação” que vem perturbar a rede dos “implícitos” (PÊCHEUX, 2010, p.53).

Para o pensador, existe um confronto entre as redes de memória e o acontecimento discursivo. Por um lado, há uma força que pretende restabelecer e estabilizar os implícitos e, de outro, uma força que persiste na desregulação e perturbação dos já ditos. Assim, a regularização discursiva que estabiliza é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória, provocando interrupção, podendo desmanchar uma regularização e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira (PÊCHEUX, 2010, p.52). Posteriormente, o acontecimento discursivo recente tem o poder de incitar uma desestabilização e deslocar os espaços de memória.

A partir dessa perspectiva, Pêcheux determina o estatuto da memória, distanciando-a de um conjunto de enunciados já-ditos estáveis e homogêneos. Assim, frente à instauração de um acontecimento novo, a memória se reinventa em paráfrases novas, portanto a memória não é abatida pelo acontecimento novo, pelo contrário, conserva-se e se ressignifica quando necessário. Nessa visada, Pêcheux conclui:

A certeza que aparece, em todo caso, no fim desse debate, é que uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos (PÊCHEUX, 2010, p.56).

Em resumo, e conforme as reflexões anteriores deste primeiro capítulo, podemos concluir, a partir da última fase da teoria de AD proposta por Pêcheux, que o discurso é compreendido pelos acontecimentos discursivos. É a partir disso que se propõe o discurso como uma materialidade constituída por uma estrutura e um acontecimento, marcados no contexto histórico-ideológico dos sujeitos que o produzem e que o interpretam. Assim, o discurso é marcado pela inconstância produzida pela tensão, pelo conflito, pelo contínuo

atravessamento entre esses valores, na medida em que acontece no interior de outros discursos onde se estabelecem as relações e os deslocamentos.

Dessa maneira, nossa exposição sobre as noções fundamentais da AD foi feita com vistas a analisar os discursos sobre segurança e educação dos candidatos presidenciais da Colômbia, de modo a compreender que as formas da língua só se significam no interior de determinadas condições de produção. E é justamente nessa medida que, no próximo capítulo, descreveremos alguns fatores relacionados às condições de produção em que os debates se processaram. Para tanto, examinaremos algumas passagens importantes da história da Colômbia e da sua história política, em particular.

CAPITULO II

Da história ao discurso

“La interpretación de nuestra realidad con esquemas ajenos solo contribuye a hacernos cada vez más desconocidos, cada vez menos libres, cada vez más solitarios”.

Gabriel García Márquez

La soledad de América Latina. Discurso de aceptación del Nobel. (1982)

2.1 Cenário Político e Histórico Colombiano

A história política da Colômbia é marcada por inúmeros acontecimentos históricos que refletem até hoje nas campanhas eleitorais. Desde o início da imposição da colonização espanhola, a Colômbia teve que passar por um processo de luta pela independência da coroa espanhola que durou mais de um século. No entanto, a luta pela igualdade, pela democracia e a reivindicação de direitos sociais continuam latentes na história colombiana.

Neste capítulo abordaremos como esse passado de colonização, marcado pelo uso da violência e a luta por direitos, criou através da história as condições de produção dos discursos sobre segurança e educação nas campanhas eleitorais televisivas dos candidatos Juan Manuel Santos e Antanas Mockus.

Remetendo-nos um pouco à história da Colômbia, para assim conhecer e entender o processo político pelo qual passou aquele país, retomamos processos históricos que datam de duzentos anos, ocorridos principalmente entre os anos de 1550 e 1810, período denominado de “época colonial”. Durante este tempo os costumes, a língua e a religião trazidos pelos espanhóis e impostos aos indígenas, assim como às culturas africanas, começou a consolidar uma nova América.

Em 1808, o império espanhol começou a desestabilizar-se devido à ocupação de tropas de Napoleão em seu território e à prisão de vários monarcas espanhóis na França.

La ocupación de la península ibérica por parte de Napoleón, y su decisión de nombrar a su hermano José rey de todos los territorios españoles, fue el catalizador del proceso a través del cual las provincias españolas de América se convirtieron en repúblicas democráticas. (LAROSA E MEJIA, 2013, p. 30).

A chegada de Napoleão permitiu que os maiores territórios dos atuais países da América do Sul conquistados pela Espanha começassem a reclamar autonomia e independência absoluta. No entanto, apesar dos protestos, o domínio espanhol se manteve durante esse período e continuou a dominar aqueles territórios. Nesse mesmo período, muitas revoluções burguesas que ocorreram em meados do século XVIII, como a independência das colônias inglesas na América do Norte, a Revolução Francesa, a Revolução Haitiana e a guerra entre o Império Inglês e o Império Espanhol influenciaram na constituição política dos países da província espanhola, principalmente da Nova Granada.

Nessa constante luta pela independência, era evidente o processo de discriminação dos espanhóis contra os *criollos*³, sendo notável o privilégio de poder, terras e outros incentivos que a coroa espanhola concedia para os nascidos na Espanha ou aqueles que se naturalizavam na América. Consequentemente, frente a tal processo discriminatório, emerge o principal acontecimento revolucionário na Colômbia, caracterizado pelo fim do colonialismo e imperialismo europeu, o que, por conseguinte, gerou novas lutas por independência, permitindo aos *criollos* o pertencimento a uma nova classe política dominante, que consolidou e gerou inovações políticas e democráticas na Colômbia.

Podemos destacar um momento marcante na luta dos *criollos* que se manifestavam contra o regime espanhol e contra as desigualdades que tal governo impunha. Remontemos ao acontecimento do dia 20 de julho de 1810, na denominada província de *Santa Fé*, atual Bogotá, capital da Colômbia. Diferentes *criollos*, intelectuais e próceres da história Colombiana, reuniram-se com a finalidade de criar um incidente conflitivo com os espanhóis que lhes permitisse expor o descontentamento frente ao regime espanhol. Um “florero”, que na língua portuguesa é denominado como vaso de flores, foi a causa da discórdia, ocorrida quando o espanhol chamado *Llorente* se negou a emprestar o referido objeto para ser utilizado na recepção de um reconhecido *criollo* da capital.

Don Josef (González) Llorente, español, y amigo de los ministros opresores de nuestra libertad, soltó una expresión poco decorosa a los americanos. Esta noticia

³ O significado da palavra na época da independência referia-se aos homens e mulheres que haviam nascido na Nova Granada, mas seus ascendentes eram de origem europeia. Biblioteca Virtual <http://www.banrepcultural.org/node/22755>.

se difundió con rapidez, y exaltó los ánimos ya dispuestos a la venganza. Grupos de criollos paseaban alrededor de la tienda de Llorente con enojo pintado en sus semblantes.

A este tiempo pasó un americano que ignoraba lo sucedido, hizo una cortesía de urbanidad a este español. En el momento fue reprendido por Don Francisco Morales, y saltó la chispa que formó el incendio y nuestra libertad. Todos se agolpan ala tienda de Llorente: los gritos atraen más gentes, y en un momento se vio un pueblo numeroso reunido e indignado contra este español y contra sus amigos. (CALDAS, F., apud MEJIA, 2013, p.36)

Um momento de euforia se apoderou dos indígenas, brancos, *criollos*, camponeses que transitavam pela praça do mercado naquele 20 de Julho, na cidade de Santa Fé. Suas vozes exclamavam: “*¡Están insultando a los americanos! ¡Queremos Junta! ¡Viva el Cabildo! ¡Abajo el mal gobierno! ¡Mueran los bonapartistas!*”. Esta manifestação revolucionária deu início ao chamado “*cabildo abierto*”⁴, que na época do colonialismo espanhol refere-se à participação popular e democrática por parte dos *criollos*. O “*cabildo abierto*” permitiu julgar e condenar o Virreinato espanhol e libertar a Colômbia. Um dos acontecimentos de maior relevância neste momento histórico da Colômbia foi a assinatura do documento que os colombianos denominaram “Ata de Independência”, escrita por José Acevedo y Gómez:

[Que] se deposite en toda la Junta el Gobierno Supremo de este Reino interinamente, mientras la misma Junta forma la Constitución que afiance la felicidad pública, contando con las nobles Provincias, a las que en el instante se les pedirán sus Diputados, firmando este Cuerpo el reglamento para las elecciones en dichas Provincias, y tanto este como la Constitución de Gobierno deberán formarse sobre las bases de libertad e independencia respectiva de ellas, ligadas únicamente por un sistema federativo, cuya representación deberá residir en esta capital, para que vele por la seguridad de la Nueva Granada, que protesta no abdicar los derechos imprescindibles de la soberanía del pueblo a otra persona que a la de su augusto y desgraciado Monarca don Fernando VII, siempre que venga a reinar entre nosotros, quedando por ahora sujeto este nuevo Gobierno a la Superior Junta de Regencia, ínterin exista en la Península, y sobre la Constitución que le dé el pueblo, y en los términos dichos. (ACEVEDO APUD MEJIA 2013, P.75-76)

A ata de independência demonstra claramente que a “autonomia” foi estabelecida de modo formal, o que significava que o povo colombiano tinha direito de governar a si mesmo através de uma constituição, com base em um sistema federal, assim como eleger seus governantes, com a condição de que fossem da Nova Granada (hoje Colômbia, Panamá, Venezuela e Equador) e, por conseguinte, que seguissem as normas da nova constituição.

⁴ <http://www.banrepcultural.org/blaavirtual/historia/hispa/hispa04a.htm>. Na atualidade, segundo a lei 134 de 1994, é o estatuto no qual se ditam as normas sobre os mecanismos de participação da cidadania. O artigo 9 desta lei estabelece que "el Cabildo Abierto es la reunión pública de los concejos distritales, municipales o de las juntas administradoras locales, en la cual los habitantes pueden participar directamente con el fin de discutir asuntos de interés para la comunidad". Constituição Política de Colômbia, 1991.

Deve-se considerar que o ato de 1810 deflagrou a independência do país, mas diferentes acontecimentos constitucionais posteriores acabaram por determinar a constituição do cidadão na Colômbia. No transcurso destes dois últimos séculos, constituiu-se uma cidadania inclusiva que aceita a diversidade política, o que confere à Colômbia a caracterização de Estado Social de Direitos⁵.

2.1.1 Origem dos Partidos Políticos Tradicionais na Colômbia

A segunda metade do século XIX representa para a Colômbia a ruptura definitiva do país com a estrutura socioeconômica colonial. Com a imposição de ideias liberais, o país entrou totalmente no sistema capitalista vigente no Ocidente e assim começaram a se estruturar os principais partidos políticos do país: o Partido Liberal e o Partido Conservador, partidos tradicionais que até a atualidade continuam vigentes no país, e que diferem em suas ideologias.

Os conservadores defendiam a tradição política colonial que havia no país e suas lideranças políticas eram traficantes de escravos, burocratas, proprietários de terras, altos oficiais militares e representantes do clero. Liderados no ano de 1849, por Mariano Ospina Rodriguez, os conservadores preferiam manter o estado colonial, pois acreditavam que as mudanças políticas poderiam interferir em seus interesses econômicos: a abolição da escravidão, por exemplo, afetaria os interesses econômicos dos proprietários de escravos, que seriam obrigados a contratar trabalhadores segundo as leis. Além disso, com tais mudanças, todos seriam iguais perante a lei, o que fazia com que os conservadores perdessem seus privilégios.

Em oposição ao grupo conservador, o Partido Liberal apoiou a ideia de transformar o governo colombiano em um Estado que garantisse direitos para todos. Esse grupo era constituído por comerciantes, indígenas, escravos e artesãos, que reivindicavam a abolição

⁵ O artigo 1º da constituição de 1991 estabelece o tipo de Estado que é a Colômbia. O referido artigo assim o define : "*Colombia es un Estado social de derecho, organizado en forma de república unitaria, descentralizada, con autonomía de sus entidades territoriales, democrática, participativa y pluralista, fundada en el respeto de la dignidad humana, en el trabajo y la solidaridad de las personas que la integran y en la prevalencia del interés general*". Constituição Política de Colômbia 1991.

dos escravos, a liberdade de expressão, a liberdade de religião e educação, em suma, os principais ideais liberais defendiam um Estado com cidadãos livres.

O século XIX termina com nove grandes guerras civis, além de uma situação econômica inferior à dos outros países da região. De fato, a única indústria em desenvolvimento era a indústria do café, que na atualidade ainda representa um dos produtos de maior valor econômico do país. (MAYOR, 2002).

A configuração política do século XX inicia com o mandato do partido conservador tendo duração de mais de trinta anos (1887 – 1930). Este período de governo permitiu incorporar novas reformas constitucionais guiadas pelo modelo capitalista que já tinha se instaurado em países como os Estados Unidos e México. Durante este tempo promovem-se eleições presidenciais por voto popular direto (exercido só pelo gênero masculino) (MAZZUCA E ROBINSON, 2006); outorgam-se ao Estado os monopólios de armas e modifica-se o ordenamento territorial, o qual permite a divisão do país em 34 departamentos (TIRADO, 1996).

Na década de 1920, a economia Colombiana se expande e o índice de crescimento se acelera de maneira satisfatória, produzindo profundas mudanças sociais. Com a imigração de camponeses para as grandes cidades, intensifica-se a mão de obra das grandes indústrias, as quais se desenvolvem ainda mais com a vinda de outros trabalhadores, principalmente estrangeiros, os quais começavam a difundir ideias sobre o novo proletariado, a luta comunista que estava ocorrendo em outros países do mundo. Deste modo, começa a luta por melhores condições de trabalho, assim como o surgimento de grupos camponeses que, posteriormente, seriam denominados como guerrilhas.

Diante deste cenário, o governo conservador passou a agir com repressão e uso das armas frente às diferentes manifestações, de modo a não permitir a integração da classe operária à elite capitalista. O mesmo governo optou por retomar a pena de morte para os membros de organizações populares de oposição, o que aprofundou uma grave crise agrária e piorou a situação econômica do país.

Esta conjuntura fortaleceu o confronto de ideologias e de classes na Colômbia, o que produziu um clima político baseado na violência, que só terminou com a chegada ao poder do Partido Liberal (1930). Foi nesta etapa que teve origem o que se conhece como um dos períodos mais dramáticos da história política contemporânea colombiana, quando a luta pelo poder entre dois partidos transcendeu todos os cenários sociais do país.

Depois de anos de violência entre os partidos, logrou-se encontrar uma solução para finalizar esta luta e apaziguar as diferenças. A melhor opção foi a alternância de presidência

entre os partidos liberais e conservadores, assim como a distribuição de cargos públicos entre tais grupos dominantes. Este regime durou, constitucionalmente, de 1958 a 1974, mas foi prolongado até 1986, através de um acordo conhecido com o nome de *Frente Nacional*⁶.

“A finales de la década del setenta el régimen político colombiano se identificaba con un tipo de democracia cerrada, elitista y formal. El papel del ciudadano con respecto a los asuntos públicos estaba limitado a la elección, mediante el voto, del Presidente de la República, el Congreso Nacional, las Asambleas Departamentales y los Consejos Municipales. Por su parte, al gobierno de la nación se le identificaba con el poder que tenían unas minorías selectas, elegidas periódicamente por los ciudadanos, que constituían una clase política excluyente, como resultado del proceso iniciado a finales de los años 50, conocido como Frente Nacional, en donde liberales y conservadores pactaron su alternancia en el poder y el control de la burocracia estatal, dejando fuera de la contienda política a terceras fuerzas.” (PLAN NACIONAL DE DESARROLLO DE LA NACIÓN, PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA DE COLOMBIA APUD HERNANDEZ, 2014, P. 23).

O acordo “*bipartidista*”, que se refere à alternância da presidência por cada partido como eixo obrigatório de governabilidade na presidência da Colômbia, permitiu resolver o confronto armado com o qual o país sofreu durante os anos de 1930 até 1958, mas, de maneira irremediável, criou-se uma crise nas instituições públicas e uma brecha para a única ditadura militar que governou o país durante o período 1953-1957, com o mandato do *General Gustavo Rojas Pinilla*⁷.

No ano de 1958, surgiu uma reforma constitucional que foi possível com o acordo de paz firmado pela Frente Nacional, mas o problema político da Colômbia se aprofundou com o aparecimento de novos atores sociais: o guerrilheiro, o traficante de drogas, o funcionário público corrupto e o paramilitar, que interferiam no contexto político, social e nacional. É importante mencionar que a história política da Colômbia divide-se em dois momentos: a

⁶ O *Frente Nacional* foi uma coalizão política que se realizou entre o Partido Liberal e o Partido Conservador da República da Colômbia no ano de 1958, devido aos grandes índices de violência e enfrentamentos políticos radicais que se davam nessa época. Os representantes dos partidos, Alberto Lleras Camargo (Partido Liberal) e Laureano Gómez Castro (Partido Conservador), reuniram-se para discutir uma aliança bipartidarista que consistia em alternar o poder presidencial a cada quatro anos entre um representante liberal e um conservador. O tratado começou em 1958, depois do mandato do militar Gustavo Rojas Pinilla, e finalizou em 7 de agosto de 1974. Subgerencia Cultural del Banco de la República. (2015). *El Frente Nacional*. Recuperado de: http://www.banrepcultural.org/blaavirtual/ayudadetareas/politica/el_frente_nacional.

⁷ Militar e estadista da cidade de Boyaca- Colômbia, presidente da república durante o período de 1953 a 1957. Seu governo, que teve como lema “Paz, justicia y libertad. [...]” chegou à presidência da república depois do golpe militar contra o governo de Laureano Gómez. Segundo seus ideais políticos, só a força militar iria realizar as mudanças que o país necessitava. Diante das greves bancárias, estudantis e diversas manifestações no país, o militar Pinilla deixou o mandato presidencial em 10 de maio de 1957 e delegou a Junta Militar para continuar na presidência.

constituição radicalista de 1886 e a nova Colômbia inclusiva, democrática e participativa da Constituição de 1991. Segundo Giraldo, (2007, p.126):

Posteriormente, durante la década de los ochenta (siglo XX) la situación que había predominado por casi un siglo empieza a dar luces de cambio. Los partidos políticos tradicionales se desorganizan, pierden liderazgo político y nuevas fuerzas electorales aparecen en escena.

Nessa ruptura constitucional, ficou evidente que a Constituição de 1991 possibilitaria uma atividade democrática mais ativa, e assim os colombianos, além do direito de eleger seus governantes de maneira democrática, poderiam dispor de mecanismos de participação direta nas decisões políticas do país. Deste modo, a Carta da Constituição de 1991 denomina como mecanismos de participação o “voto”, o “plebiscito”, o “referendo”, a “consulta popular”, a “tutela”, a “iniciativa legislativa” e a “revogação do mandato”, todos estes validados como direitos políticos dos cidadãos colombianos⁸.

Posteriormente, a reforma da Constituição do 1991 favoreceu a criação de novos partidos políticos, sendo uma alternativa aos modelos tradicionais de domínio político que regiam o país. Segundo o artigo VI da Constituição Política da Colômbia (1991), “*es necesario que un partido o un movimiento político se presente con por lo menos 50.000 firmas para que el Consejo Nacional Electoral otorgue la personería jurídica*”. No entanto, em 2003, foi aprovada uma reforma política pelo Congresso da Colômbia que estabelecia que são reconhecidos os partidos políticos com “*personeria jurídica*”⁹ que superem o percentual de 2% nas eleições legislativas.

Deste modo, demonstrava-se que poderia existir uma alternativa política diferente. Assim, outros partidos políticos começaram a se posicionar, trazendo consigo novas posturas ideológicas e mudanças para o país. Com os resultados das eleições de 2010, o número de partidos políticos passou de dezesseis (16), entre 2006 e 2010, para treze (13) no período de 2010 a 2014. Desde 20 de julho de 2014, existem catorze (14) partidos políticos, dos quais quatro (4) correspondem às minorias étnicas e um, a outra posição jurídica¹⁰. A tabela a seguir apresenta a lista dos partidos da Colômbia, seu ano de fundação e ideologia política.

⁸ Subgerencia Cultural del Banco da República. (2015). “*Mecanismos de participación ciudadana*”.

⁹ Reconhecimento que se dá para uma pessoa, entidade, empresa ou organização para assumir uma responsabilidade jurídica. <http://www.personeriabogota.gov.co/informacion-general/glosario>.

¹⁰ Registraduría Nacional del Estado Civil (2014).

Tabela 1: Partidos Políticos da Colômbia

	Nome	Ano de fundação	Posição ideológica
	Partido Social de Unidad Nacional (Partido de la U)	2005	Centro Direita
	Centro Democrático	2013	Direita
	Partido Conservador Colombiano	1849	Direita
	Partido Liberal Colombiano	1848	Centro Esquerda
	Partido Cambio Radical	1998	Direita
	Partido Opción Ciudadana antes Partido de Integración Nacional (PIN) ⁴	2009	Direita
	Alianza Verde	2009	Centro Esquerda
	Polo Democrático Alternativo (PDA)	2005	Esquerda
	Movimiento Independiente de Renovación Absoluta (MIRA)	2000	Transversalismo

	Indigenismo, Progresismo Centroizquierda senador,representante	1991	Indigenismo
	Movimiento Alternativo Indígena y Social "MAIS"	2013	Indigenismo
	Fundación Ébano por Colombia "Funeco"	1998	Indigenismo
AICO	Autoridades Indígenas de Colombia	1990	Centro esquerda

	Unión Patriótica	1985	Esquerda
---	------------------	------	----------

Fonte: <http://www.registraduria.gov.co/-Partidos-y-movimientos-politicos,317-.html>

Em suma, a história política da Colômbia foi marcada desde o início por um sistema de dois partidos poderosos e impenetráveis. Essa predominância das elites dos partidos e sua luta pelo poder têm sido um dos principais propulsores da violência colombiana, incluindo o conflito armado com as FARC. Apesar da abertura democrática que permitiu a Constituição de 1991 e a reconfiguração do sistema partidário, o poder permanece nas mãos das mesmas elites, muito embora os resultados das eleições de 2010 mostrem o fortalecimento dos partidos "minoritários", como o Partido Verde e o Polo Democrático.

2.1.2 As eleições de 2010 e seus protagonistas

As eleições políticas da Colômbia de 2010, que correspondem a nosso objeto de pesquisa, desenvolveram-se durante o período de 14 de Março a 20 de Junho, tendo como principais opositores os candidatos *Juan Manuel Santos*, pelo partido “*Social de Unidad Nacional*”, e *Antanas Mockus*, pelo partido “*Verde*”. Durante este período a Colômbia passou por uma das campanhas políticas mais dinâmicas e inovadoras na história do país, devido à diversidade de ideologias políticas dos candidatos, à extensa participação dos jovens e à influência das novas tecnologias: internet, redes sociais, que se converteram em poderosos instrumentos para divulgação das estratégias políticas nas campanhas eleitorais.

Nesse novo processo de criação de partidos políticos e segundo nosso interesse nesta pesquisa, intentaremos abordar o *Partido Verde* e o *Partido Social de Unidad Nacional*, desde sua constituição histórica e política, assim como conhecer seus candidatos, com vistas a entender como estes partidos se posicionaram na história política da Colômbia e principalmente nas eleições de 2010.

Em 2010, o *Partido Verde* ficou conhecido como o partido inovador da política Colombiana, tendo sido constituído em 2009 com quatro dos líderes políticos independentes com maior influência no país. Com posições ideológicas diferentes, *Sergio Fajardo*, *Luis Eduardo Garzón*, *Antanas Mockus* e *Enrique Peñalosa* visavam posicionar-se como uma nova esperança de renovação política no país através de uma política de centro-esquerda, com ideais que pregavam uma sociedade justa e igualitária.

O novo partido político teve um sucesso notório nos resultados eleitorais das eleições parlamentares de 2010 e, posteriormente, na presidencial do mesmo ano. Havia conseguido a segunda maior votação individual para o Congresso da República, o primeiro representante à Câmara com 25 anos (sendo esta a idade mínima constitucional para participar como

candidato) e a oportunidade de disputar o segundo turno para o cargo mais importante do país: a Presidência da República¹¹.

No segundo turno das eleições de 2010, a força do partido se concentrava na eleição do candidato presidencial que iria representar o Partido Verde, e as três opções de pré-candidatos nos quais votariam os colombianos em uma consulta aberta seriam os três ex-prefeitos da cidade de Bogotá: *Antanas Mockus, Enrique Peñalosa e Luis Garzón*.

Com 1.823.000 votos a favor, foi escolhido Antanas Mockus como o novo candidato presidencial de 2010. Mockus, filho de imigrantes lituanos, licenciado em Matemática na Universidade de Dijón (França), Mestre em Filosofia da Universidade Nacional da Colômbia, atuou como pesquisador docente, vice-reitor e, posteriormente, reitor de uma das universidades públicas mais reconhecidas do país, a Universidade Nacional da Colômbia. Seu maior destaque acadêmico foi sua participação nas discussões sobre educação pública, cujo trabalho resultaria em mudanças sobre o tema na Constituição de 1991.

Em sua atuação política, Mockus destacou-se por sua gestão como Prefeito de Bogotá durante dois períodos (1995-1997 e 2001-2003). Seu governo se caracterizou pela organização da sua equipe de trabalho, já que os cargos públicos da prefeitura foram destinados para educadores e não para os políticos tradicionais. Seus programas de governo transformaram a cidade, já que ele impulsionou a cultura, a educação, a proteção da vida, além de ter uma gestão em que não se noticiou nenhum caso de corrupção. Mockus foi reconhecido na capital como um ator político transformador de sociedades¹².

A oposição ao *Partido Verde* para estas eleições seria o *Partido Social de Unidad Nacional* ou *Partido da U*, como é conhecido, consolidado no ano 2005 com uma posição ideológica de centro-direita, composto principalmente pelos políticos que pertenciam ao *Partido Liberal*. Fundado por *Juan Manuel Santos, Oscar Iván Zuluaga e Luís Guillermo Vélez*, o partido da U¹³ caracteriza-se, em seus ideais políticos e dentro de seu plano de governo, pelo respeito à família e à dignidade humana, assim como o fortalecimento de uma sociedade igualitária em um estado de direito. Na época da sua fundação, o que definia o Partido político da U era a defesa da política de *Seguridade Democrática*¹⁴ proposta pelo

¹¹ Ver: <http://partidoverde.org/quienes-somos/>

¹² Perfil Antanas Mockus em: Subgerencia Cultural del Banco de la República. (2015). *Presidentes colombianos*. Recuperado de http://www.banrepcultural.org/blaavirtual/ayudadetareas/politica/presidentes_colombianos.

¹³ <http://www.partidodelau.com/quienes-somos/plataforma-ideologica.html>

¹⁴ Política criada pelo governo de Alvaro Uribe Vélez, com a finalidade de “*reforzar y garantizar el Estado de Derecho en todo el territorio, como condición necesaria para lograr la protección de todos los habitantes de Colombia*” com a orientação do Ministério da Defesa e das Forças Militares de Colômbia. (SANTOS, J. 2007, p.29)

presidente que governava naquele momento, *Alvaro Uribe Velez*¹⁵. O partido político da U se articulava para apoiar o referido governo, assim como a reeleição do presidente Uribe para o período de 2010-2014.

Com o objetivo de assegurar o terceiro mandato de Uribe, o partido propôs um projeto de lei para tentar posicionar Alvaro Uribe como candidato presidencial pela terceira vez. No entanto, o projeto não foi aprovado pelo Congresso, o que impossibilitou a sua candidatura. Assim, o partido levou o seu fundador, Juan Manuel Santos, apadrinhado pelo ex-presidente Uribe, a se candidatar nas eleições presidenciais de 2010.

Juan Manuel Santos é conhecido por pertencer a uma das famílias mais influentes do país e dona da empresa jornalística “*El Tiempo*”. Sua formação acadêmica foi dedicada aos estudos Administrativos e Econômicos. Atuou em diferentes cargos públicos, ocupando três Ministérios: do Exterior, Fazenda e, o último, de Defesa no governo de Uribe Velez. Seu maior destaque político foi no Ministério da Fazenda, onde obteve seis tratados de livre comércio para o país. No Ministério de Defesa liderou a política de seguridade democrática¹⁶.

Deste modo, as eleições de 2010 contaram com dois candidatos para a presidência da Colômbia com posições ideológicas diferentes. De um lado, o candidato *Antanas Mockus*, com sua inovação política, do outro, *Juan Manuel Santos*, que, através de seu discurso, reivindicava a continuidade das políticas de governo do ex-presidente Uribe.

Figura 2: Candidatos Presidenciais Colômbia 2010

Juan Manuel Santos, Partido de la U / Antanas Mockus Partido Verde



Fonte: <https://accionpoliticaglobal.wordpress.com/2013/08/15/proceso-electoral-elecciones-presidenciales-de-colombia-2010/>.

¹⁵ Ver mais em <http://lasillavacia.com/quienesquien/perfilquien/alvaro-uribe-velez>

¹⁶ http://www.banrecultural.org/blaavirtua/politica/presidentes_colombianos

Estes seriam os dois candidatos mais votados no primeiro turno das eleições presidenciais de 2010 na Colômbia, o que, posteriormente, os levaria a disputar a presidência no segundo turno. Cabe ressaltar que seus programas de governo causaram impacto na sociedade colombiana, e, independentemente das suas diferenças ideológicas, em ambos houve predomínio da temática da segurança. Embora o candidato Mockus, ao abordar o tema educação tentasse um discurso coerente com sua ideologia, as condições de produção da história da Colômbia fizeram com que este candidato de centro-esquerda falasse tanto de segurança quanto o seu opositor, o que ficou evidente no momento das análises.

Nesse sentido, torna-se necessário apresentarmos um breve histórico da origem destes dois cenários, segurança e educação, assim como suas principais incidências na Colômbia.

2.1.3 Conflito Armado na Colômbia

O conflito colombiano se constituiu por meio de diferentes atores e por uma diversidade de fatores de caráter social, político, e de práticas culturais violentas que foram se consolidando ao longo da história do país. Pobreza, desigualdade na distribuição dos recursos, desemprego, acesso limitado à educação, à saúde e à alimentação (GARAY 2002; RICHANI, 2003; GONZÁLEZ, BOLÍVAR & VÁZQUEZ, 2002; PNUD, 2003) consolidaram-se como as maiores causas do conflito no qual vive a Colômbia, como se tem visto durante este percorrer histórico.

No transcorrer da história, as guerrilhas da Colômbia passaram por três etapas. A primeira faz referência a sua origem e posicionamento nos diferentes espaços territoriais do país. A segunda, nos anos 80, quando se intensificou o recrutamento de cidadãos com o objetivo de tomada do poder. E o último momento, quando a guerrilha abandonou os espaços políticos e a luta social, ocupando-se em colapsar o estado e as elites econômicas, através das armas e pela via exclusivamente violenta (CNMH, 2013).

Como já foi apresentado na origem dos partidos políticos colombianos, a *Frente Nacional* tentou diminuir a violência política na Colômbia a partir de mandatos alternados, mas esta solução não trouxe boas consequências. Os colombianos que não queriam participar de nenhum destes partidos políticos, seja liberal ou conservador, além da insatisfação com as elites políticas que estavam dirigindo o país, se sentiram motivados pelos atos revolucionários que, no momento, estavam acontecendo em outros países, como Cuba, no ano de 1959.

Deste modo, foram concebidos os grupos insurgentes de esquerda atuantes no país, as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), o ELN (Exército de Libertação

Nacional), o Movimento 19 de Abril (M 19) e o *Quintín Lame*. Na atualidade continuam vigentes, no que pese à mudança de ideais e à filosofia do grupo, as FARC e o ELN, os outros foram desaparecendo em processos de paz, ocorridos em acordos políticos.

Estes grupos não só tramavam uma guerra com o Estado e as políticas de governo, como também se confrontavam com grupos armados de caráter paramilitar reunidos nas *Autodefensas Unidas de Colombia* (AUC), além de exércitos privados do narcotráfico e outros grupos de delinquência organizados e não organizados¹⁷.

Retomando a criação dos movimentos guerrilheiros, foi oficialmente no ano de 1964 que se formou o grupo revolucionário FARC. Este movimento revolucionário é visto como um movimento rural que surgiu a partir de uma luta agrária nas décadas de 1930 e 1940, luta que não obteve vitória, ao contrário, gerou uma maior repressão por parte do Estado. Este grupo era formado, em sua maioria, por camponeses que haviam sido liberais e que, naquele momento, se mantiveram com armas e seguiram a orientação ideológica do partido comunista colombiano. Essa resistência por parte dos guerrilheiros coincidiu com a decisão dos comunistas de estabelecer um grupo armado como medida de precaução, caso a democracia fosse atingida de maneira negativa, pois isso estava acontecendo com ditaduras militares no resto da América Latina.

Na época de sua fundação, as FARC contavam com 300 combatentes em seis frentes, a maioria no sul do país; já nos anos 1990, as estatísticas estimam que o movimento contava com aproximadamente 15 mil homens armados (LARROSA E MEJIA, 2013).

Durante os anos noventa, as FARC estavam concentradas em tomar o poder pela força das armas, com uma estratégia de assédio militar às elites do governo Colombiano. Enormes golpes foram planejados por parte da guerrilha, contra o Estado, como sequestros em massa, atentados contra a igreja e contra políticos, assim como ações que pudessem afetar a economia e a infraestrutura do país, provocando um período de preocupação e angústia para o povo colombiano.

Porém, o Estado, sentindo-se ameaçado pelo movimento, iniciou um novo processo de paz, conhecido como "El Caguán", que consistia em desmilitarizar 42.000 quilômetros da região sudeste do país para facilitar os diálogos. Esta tentativa falhou dois anos mais tarde, quando se tornou claro que tanto o governo como as FARC estavam se preparando para aprofundar a guerra. (CNMH, 2013)

¹⁷ (*Instituto de Estudios Políticos y Recursos Internacionales* (IEPRI), 2006; Sánchez & Lair, 2004; Sánchez, 2007).

Após o primeiro intento de negociação com as FARC, os guerrilheiros tinham multiplicado suas frentes, que agora contavam com 60 e mais de 16.000 combatentes. Diante disso, nos anos 2000 as forças militares da Colômbia receberam ajuda financeira oriunda do “Plan Colombia”¹⁸, e investiram em recursos materiais de guerra, bem como a profissionalização de militares, a fim de combater e derrotar com maior força a guerrilha. (CNMH, 2013)

Mas foi no período entre 2002 e 2010, com a ascensão à presidência de Álvaro Uribe Velez, que o país viveu um dos períodos de maior tensão política e militar. Com a finalidade de deteriorar a frente guerrilheira das FARC e de ter sucesso no programa de seguridade democrática, Uribe Velez modificou as estratégias das forças armadas militares e se uniu às frentes insurgentes do paramilitarismo, causando problemas territoriais ao invadir as fronteiras dos países vizinhos, como Venezuela e Equador, o que propiciou a reação dos presidentes progressistas que, nesse momento, dirigiam os referidos países latino-americanos e influenciavam nas relações internacionais da Colômbia. Desse modo, o governo de Uribe acabou deixando como um dos principais problemas a ser solucionado a segurança nas fronteiras da Colômbia, sendo este o tema principal das campanhas eleitorais de 2010.

2.1.4 Educação

El avance de la ciencia, la tecnología y la educación supone un nuevo ethos cultural, que se oriente a superar pobreza, violencia, injusticia, intolerancia y discriminación, problemas en donde se encuentra la raíz del atraso socioeconómico, político y cultural de Colombia.

Rodolfo R. Llinás

Em continuidade com o que já foi apresentado no início desse capítulo sobre o processo colonizador da Colômbia, trataremos aqui da educação, a partir do século XVIII, quando o conceito de escola era tido, inicialmente, como um espaço exclusivo para a formação das "raças puras", dirigido pelos jesuítas, e, posteriormente, passando para o controle do Estado. Durante a maior parte do século XIX, a educação na Colômbia sofreu frequentes mudanças, provocadas por conflitos entre os partidos políticos. Segundo Urrutia (1976), isto não permitiu uma sequência na organização educativa do país, considerando que cada vez que se

¹⁸ O “Plan Colombia” foi um tratado bilateral feito entre os governos da Colômbia e Estados Unidos no ano de 1999, durante o governo do presidente colombiano Andrés Pastrana e o estadunidense Bill Clinton. O plano Colômbia tinha três objetivos específicos: reativar social e economicamente o país, finalizar o conflito armado e criar uma estratégia antinarcóticos.

https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/Justicia%20Seguridad%20y%20Gobierno/Bal_plan_Col_espanol_final.pdf

posicionava um novo presidente, pelo acordo bipartidarista, o sistema educativo era modificado e alterado de maneira radical. Foi no ano de 1870, através de decreto federal, que se instaurou uma educação básica, pública, gratuita, obrigatória e laica para o estado colombiano, mas regida pelo Ministério de Educação Nacional. (URRUTIA, 1996).

Desse modo, os diversos posicionamentos ideológicos dos partidos tradicionais da época determinavam o caráter da educação colombiana. Após a independência, as práticas educativas se transformaram segundo a consolidação de um pensamento partidário (liberais e conservadores) diante do que deveria ser a Nação, o que marcou o início de reformas e modelos educativos de acordo com os governos vigentes.

Para os liberais, era importante promover uma reforma educativa visando uma educação laica e gratuita para todos. Os conservadores precisavam de um modelo moral, religioso, dogmático, seguindo as regras de Deus para alcançar um modelo de sociedade ideal, de tal modo que se oponham a uma educação obrigatória e concordavam que a educação fosse regida pela igreja católica, a qual deveria orientar e supervisionar mestres e estudantes. (DUARTE, 2003).

Segundo a Constituição de 1991, a educação na Colômbia é considerada um direito do cidadão e uma prioridade do governo. A Lei Geral de Educação de 1994 estabelece que todos os colombianos têm direito ao acesso à educação para o desenvolvimento pessoal e para o benefício da sociedade, mas a realidade do Estado parece ser diferente da lei. Segundo as estatísticas, o investimento para o Ministério da Defesa corresponde a 28,1 bilhões de pesos colombianos, maior que o investimento da educação, o que demonstra que há muito tempo a prioridade do Estado tem sido subsidiar a guerra, os militares e, por sua vez, o conflito armado, restando muito pouco para a educação pública do país, o apoio às universidades públicas, à ciência e à tecnologia.

Como já foi mencionado, o conflito na Colômbia traz consigo inúmeras consequências que afetam o desenvolvimento social dos colombianos, e a educação não têm ficado longe desta oligarquia violenta do país, vivenciando problemas que, segundo o documento “*Educación: propuesta y camino para la paz con justicia social*”(2011), são uma constante na educação colombiana:

1. Falta de cobertura: a falta de vagas na educação, causada pelo mau investimento do Estado na educação, especialmente do ensino superior, onde o orçamento está sendo ultrapassado pelo investimento de guerra, condena 70% da juventude em todo o país a ter somente, de maneira gratuita, a educação básica e média.

2. Abandono escolar: A taxa de abandono do ensino infantil ao ensino secundário diminuiu em mais da metade entre 2002 e 2013, e a proporção de crianças de ensino básico aumentou de 4% em 2000 para 9% em 2010. (OCDE/CAF/CEPAL, 2014). No entanto, o abandono no ensino médio continua sendo um dos maiores problemas do sistema educativo colombiano, com uma taxa de abandono anual de 4,5%, maior do que da educação básica (3,2%). (MEN, 2015; UNICEF, 2012). O maior índice de deserção é notável nas zonas rurais, onde 30 % das crianças e adolescentes abandonam a escola porque têm que sair de seus territórios pela violência ou porque decidem integrar os grupos guerrilheiros.

Apenas 30% dos jovens fazem a transição da escola para o ensino superior, sendo que destes, muitos desistem antes de terminar. As taxas de desistência anuais no ensino superior variam entre 10,4% em universidades e 22,2% em instituições técnicas e tecnológicas (DNP, 2015; MEN, 2015a).

3. As desigualdades no acesso à aprendizagem: desde 2012, a educação é gratuita a partir da educação inicial até o final do ensino médio, mas custos como transportes, alimentação e materiais de estudo dificultam os processos de equidade, considerando que a maioria das famílias em vulnerabilidade não possuem os recursos econômicos para suprir estas necessidades. O problema se agrava na educação superior: uma mínima porcentagem dos jovens entre 17 e 21 anos de idade e com o nível socioeconômico vulnerável encontra-se matriculada nas instituições de educação superior, o que corresponde a um percentual de 9%, em comparação com 62% dos jovens de classe socioeconômica média e alta. (ECV, 2012 e DNP, 2015). Isto evidencia que o acesso à educação superior é limitado segundo os recursos socioeconômicos de cada família, mesmo porque o ensino superior na Colômbia não é gratuito nem mesmo nas universidades públicas, tendo uma taxa que varia segundo a renda familiar, mas que, de certo modo, dificulta o acesso à educação superior.

Poderíamos continuar mencionando inúmeras situações que prejudicam os processos educativos na Colômbia, como a falta de capacitação docente, os baixos salários do magistério, o problema do deslocamento forçado nas zonas de conflito do país. Assim, pensar a educação como um fator chave para o progresso das sociedades, enquanto processos culturais, econômicos e políticos, é um desafio para a nação, assim como para seus dirigentes ou candidatos a exercer este cargo, os quais, através do discurso político, se configuram como sujeitos políticos e legitimam seu dizer a partir da sua fala.

Uma vez que vimos alguns elementos das condições de produção em que se processaram os debates que trataram dos temas segurança e educação, passaremos agora a discutir rapidamente o discurso político, justamente porque o debate eleitoral, que é nosso objeto de estudo, está inserido neste campo.

2.2 Discurso Político

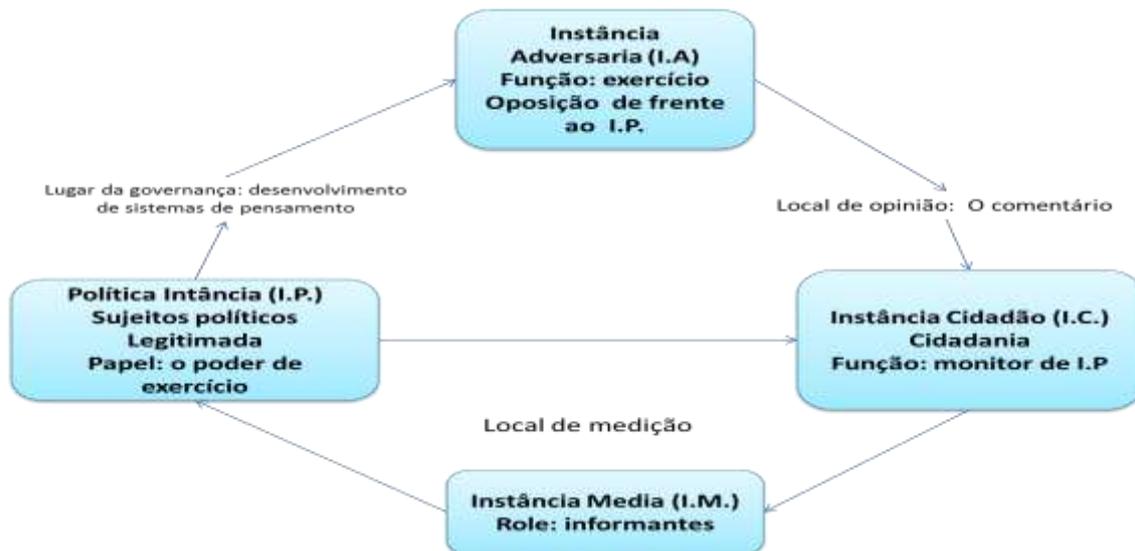
A análise dos pronunciamentos sobre educação e segurança, dos candidatos presidenciais Antanas Mockus e Juan Manuel Santos, interessa-nos pelo fato dos mesmos suscitarem diferentes enunciados na esfera política e também porque consideramos que, a partir do discurso político, o candidato legitima seu dizer. Tal análise nos permitirá verificar as ideologias materializadas nas suas formações discursivas, com a intenção de gerar efeitos de sentido nos eleitores e assim ganhar a eleição através de ato representativo democrático.

Compreender o que caracteriza um discurso político nos permite entender como o dizer de um sujeito pode se tornar discurso político. Nas palavras de Le Bart, “discurso político” refere-se aos profissionais da política; deste modo, “será, portanto, aqui definido como político o discurso produzido pelos homens políticos”. (LE BART apud PIOVEZANI, 2009, p.145).

Assim, são os políticos (presidente, candidatos, prefeitos, deputados) que constroem uma fala política na posição de “porta-vozes” das necessidades sociais do povo, convertendo o discurso em uma expressão de desejos coletivos (PIOVEZANI, 2009, p.137). Na busca dessa representação do povo, entrecruzam-se diferentes enfrentamentos discursivos que pressupõem o discurso político como uma busca de poder e de legitimidade do dizer político. O discurso político apresenta propriedades que legitimam o sujeito político; o candidato deve conhecer a realidade social na qual se insere; a credibilidade deve ser a base de seu dizer e de seu fazer; mostrar competência e produzir identidades coletivas que transcendem os interesses individuais. (PIOVEZANI, 2009, p.347).

Por outro lado, Charaudeau (2015) propõe três lugares de fabricação do discurso (governança, opinião e mediação), que correspondem a três instâncias (política, cidadã, mediática), que por sua vez estão relacionadas entre si e constituem o sujeito político. A instância política pressupõe a ação política e refere-se ao lugar ocupado pelos políticos eleitos; a instância cidadã está representada pela sociedade responsável por eleger o seu representante no poder; a instância midiática configura-se como a intermediária das outras instâncias, construindo ou desconstruindo opiniões.

Figura 3: Instâncias e dispositivos



Fonte: Discurso e Política na Colômbia: Problemáticas atuais. 2016, p.240

Segundo a figura acima, os lugares de fabricação do discurso e as instâncias permitem a construção e significação dos discursos; desta forma, o poder encontra-se na relação entre dois componentes: o debate de ideias (construção da legitimidade do sujeito político) e o fazer político (autoridade da IP sobre a IC). Diaz S (2016).

Visto que a ideia de discurso político pressupõe que a identidade e o dizer dos sujeitos políticos se constroem com base em sua legitimidade, temos que, segundo Charaudeau:

La “legitimidad” es un estado de derecho que caracteriza a una persona con respecto a su situación (legitimidad de una unión), a una filiación (legitimidad monárquica), a un poder conferido (legitimidad democrática). Se juzga entonces legítima su acción y se dice que la persona está legitimada para obrar en consecuencia. La legitimación es el proceso a cuyo término un individuo resulta legitimado (CHARAUDEAU apud CORREA, 2012, p.20)

Assim, após o sujeito político adquirir uma legitimidade, ele deve persuadir os indivíduos acerca dos valores que defende e construir para si uma dupla identidade discursiva, que articule teoria e prática, posicionamento ideológico e estratégia de gestão do poder. Reconhecemos, retomando Charaudeau, que diante de um *saber* e um *saber fazer* a credibilidade fundada na legitimidade corresponde à imagem do *ethos* discursivo do sujeito político configurado através de seus comportamentos, da maneira de falar e através de seus

programas de governos. Segundo o autor, “*toda construcción del ethos se hace en una relación triangular entre el yo, el otro y un tercero ausente portador de una imagen ideal de referencia*” (2005, p.93). Deste modo, o político dirige sua imagem ao interlocutor (cidadão), de maneira a se tornar credível (*ethos* de credibilidade) e atrativo (*ethos* de identificação). (VASQUEZ, 2014).

O debate presidencial pode ser considerado um espaço de fala pública no qual o candidato presidencial pode construir seu *ethos* político através de sua fala e da interação com os interlocutores e locutores políticos. Deste modo, para continuar com o nosso estudo, buscaremos entender o debate político como gênero discursivo, assim como suas principais características no cenário discursivo.

2.3 O debate político eleitoral: algumas propriedades e transformações

Charaudeau e D. Maingueneau, em seu Dicionário de Análise do Discurso (2002), denominam debate como o lugar onde se situa o discurso político, com as características particulares de todo discurso: é um discurso orientado (correspondente aos objetivos de cada locutor político), um discurso que representa uma forma de ação (o locutor atua através do que ele diz e as palavras usadas), um discurso interativo (entre candidatos e locutores políticos) e, finalmente, um discurso contextualizado (referindo-se ao local e às condições de produção).

Segundo Charaudeau (2015), o debate se consolida como um ato que é organizado e liderado pela mídia com a finalidade de discutir diferentes temas, sejam eles de interesse político, cultural, social, esportivo. A mídia não só relata um acontecimento, pelo contrário, pode provocá-lo devido à encenação organizada dos programas, já que compete aos produtores escolherem os convidados, direcionar a situação de fala, criar as regras do debate e, na maioria das vezes, propor as questões a serem tratadas.

Assim, Charaudeau atribui o debate à instância midiática representada pela figura do animador, que desempenha o papel de “gestor da palavra”, perguntando, dando o direito de resposta, fazendo intervenções e esclarecendo um ato de fala de acusação ou de ordem. O autor destaca que:

[...] o animador se acha preso, por sua vez nas exigências de seu papel na medida e que o quadro de questionamento que deve desenvolver é oposto da representação idealizada do questionamento que ajudaria o cidadão a melhor compreender os fenômenos sociais: ele está mais voltado para a criação de uma cena polêmica. (CHARAUDEAU, 2015, p. 220.),

Já os convidados, segundo o autor, destacam-se por “terem uma relação de identidade com o tema tratado”. No debate político tornam-se necessariamente conhecidos do público, sendo escolhidos pelas divergências de seus posicionamentos, o que permite que o debate se torne uma luta de palavras e que cause efeitos diretos nos interlocutores (seja o caso do opositor) ou nos telespectadores. Outras especificações caracterizam o debate televisivo, e uma delas é o contato visual permanente entre os debatedores, o que permite que os enunciados sejam construídos durante a interação. Deste modo, a produção discursiva torna-se própria de cada enunciador, em outras palavras, a construção enunciativa é adaptada a partir do contexto sócio-histórico, espaço-temporal e ideológico de cada enunciador.

Weber considera o debate político eleitoral televisivo como um “dispositivo capaz de simular relações sociais e conformar responsabilidades no campo político e no campo da comunicação midiática”. Sendo assim o debate:

põe em evidência a capacidade de governar e os limites de projetos e ideologias (...) o ritual desta cerimônia político-midiática se diferencia de todos os demais devido à encenação estratégica e à linguagem próprias do campo político, construídas com potencial para repercutir nos meios de comunicação massiva, na campanha eleitoral e provocar o receptor-eleitor. Ao candidato, submetido às regras do fórum televisivo, é conferida a responsabilidade de mostrar sua capacidade de derrotar o adversário pelo embate discursivo e de se fazer reconhecer como diferente do outro, devido a sua capacidade a ser testemunhada pela plateia (WEBER, 2010, p. 146).

Nesse sentido, o debate político se consolida como uma cerimônia político- midiática, na qual, através de uma linguagem característica do cenário político, o candidato transforma sua fala com a finalidade de demonstrar sua capacidade de governar. É também através de sua fala que o mesmo evidencia seus embates ideológicos, o que permite que no debate seja evidente uma constante luta de divergências e convergências sobre determinados temas, na qual se busca consolidar uma derrota verbal do opositor.

Deste modo, Weber (2010) propõe a classificação dos debates em três tipos: debates convencionais, coloquiais e interativos, os quais encontram-se subdivididos em onze modelos, que são determinados de acordo com as diferenças de ambiência e posicionamento dos candidatos e do mediador, assim como da presença de plateia e outros possíveis participantes.

1. Debate Convencional com Entrevistadores e Mediador - Candidatos frente a frente, em pé numa tribuna, com um mediador no centro e jornalistas convidados do lado oposto a este.
2. Debate Convencional Simples - Candidatos frente a frente, em pé numa tribuna, com um mediador central.

3. Debate Convencional Direto - Candidatos frente a frente, em pé numa tribuna, o mediador não aparece.
4. Debate Convencional com Plateia-Cenário - Candidatos em pé e com possibilidade de movimento em direção à plateia, tribuna de apoio, com um mediador central e cenário.
5. Debate Convencional com Cenário - Candidatos frente a frente, em pé numa tribuna, com um mediador central e cenário.
6. Debate Convencional com Plateia Passiva – Candidatos em pé numa tribuna de frente para a plateia, mediador em um dos lados.
7. Debate Convencional com Mediador-Entrevistador - Candidatos frente a frente, em pé numa tribuna,
8. Debate Coloquial Simples - Candidatos sentados junto a uma mesa/bancada e mediador no centro.
9. Debate Coloquial Complexo - Candidatos sentados junto a uma mesa/bancada e mediador no centro.
10. Debate Interativo Simples - formato que permite deslocamentos e interações entre candidatos e mediadores.
11. Debate Interativo Complexo - formato que permite deslocamentos dos candidatos e interações/ perguntas enviadas por mídias diversas (feitas pelo mediador) e/ ou formuladas pela plateia.

A partir da anterior caracterização, determinamos que o debate no qual se encontra inscrito o nosso corpus de pesquisa corresponde ao debate convencional, formado, conforme aponta Weber (2010, p. 158), por entrevistadores e mediador, a partir de um cenário em que os candidatos situam-se frente à frente, em pé diante de uma tribuna, com um mediador no centro e jornalistas convidados do lado oposto àquele.

Figura 4: Debate presidencial 2010



Fonte: <http://www.elespectador.com/noticias/politica/asi-fue-el-ultimo-debate-entre-santos-y-mockus-articulo-208992?page=7>

Embora Charaudeau, assim como Weber, tivesse apresentado algumas características do debate eleitoral, com as quais concordamos, não podemos deixar de considerar que de uma cultura para outra, de um período histórico para outro ocorrem, necessariamente, modificações no próprio gênero, assim como nas próprias características do debate eleitoral. Um breve exemplo pode aqui ser mencionado. Enquanto na Colômbia só há debates que contam com perguntas formuladas por jornalistas, aqui no Brasil, como é de conhecimento da sociedade brasileira, os debates são movidos por perguntas formuladas por pessoas comuns que estão mais perto da realidade e das necessidades do povo. Em relação ao período histórico, vemos que as transformações também ocorrem com o passar do tempo. Assim, a maneira como se falava nos anos seguintes à independência da Colômbia não é a mesma usada na nossa contemporaneidade. Antes o candidato presidencial falava ao povo no alto dos palanques e hoje fala através dos debates eleitorais e utilizando-se dos diferentes meios de comunicação¹⁹.

¹⁹ Para maiores referências ver: COURTINE, J.J. **Metamorfoses do discurso político**: derivas da fala pública. Trad. Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006. COURTINE, J.J. PIOVEZANI, C. **História da fala pública**: Uma arqueologia dos poderes do discurso. Petrópolis: Vozes, 2015.

2.3.1 Debate Político na Colômbia

“As mídias não são a própria democracia, mas são o espetáculo da democracia”. Charaudeau (2015)

Nas últimas décadas, a sociedade contemporânea tem permitido que haja um predomínio midiático que resulta da espetacularização da política. Segundo Rubim (2001), equivocadamente muitos críticos da espetacularização midiática da política dizem que a mídia, e, em especial a televisão, estão desnaturalizando uma época de ouro em que a política se inclinava para o melhor argumento e representava de modo transparente os interesses gerais da sociedade. Sendo assim, poderia se considerar a mídia como a responsável pela idealização política dos candidatos presidenciais, propagada através das campanhas eleitorais e, de acordo com nosso interesse, através do debate presidencial.

A mídia e o poder político na Colômbia têm sido grandes aliados, desde a época da independência, quando a mídia, principalmente a imprensa, era utilizada com a intenção de denunciar as ações dos exércitos espanhóis e dos libertadores, além das injustiças cometidas pelo governo espanhol. No entanto, só quem estava no poder delatava estes acontecimentos, o que propiciou que muitos nomes importantes da história, como *Antonio Nariño*, precursor dos direitos do homem na Colômbia, fossem exiliados do país.

No final do século XIX, os jornais eram considerados essencialmente políticos, tendo como intenção persuadir e dividir ideologicamente o país entre os liberais e os conservadores, fortalecendo a luta entre estes dois partidos. Deste modo, no período de 1949-1957 foi estabelecida uma censura de imprensa com a finalidade de evitar confrontações políticas entre os dois partidos. A informação que era transmitida nos meios de comunicação estava sujeita a um controle político por parte do governo que se encontrava eleito, e durante este período desapareceram muitos jornais, fazendo com que até a atualidade o controle da imprensa jornalística esteja somente nas mãos de duas grandes editoras nacionais: *“EL TIEMPO”* e o *“ESPECTADOR”*.

Figura 5: Manchete do jornal “El Tiempo”. Ano 1952.



Fonte: <http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-16346776>

Devido aos processos de industrialização e crescimento econômico das grandes cidades colombianas, o processo de modernização foi se apropriando das novas ferramentas tecnológicas que permitiam comunicar ao país os diferentes acontecimentos políticos, sociais e culturais, havendo a incorporação de outros meios de comunicação, como o rádio e a televisão, que permitiram uma inovação comunicativa.

No caso da televisão, Sodré (apud PIOVEZANI, 2009, p. 246) considera a mesma mais que um meio técnico, um “sistema” que regula as práticas e relações sociais, o que pressupõe que como sociedade estamos sendo condicionados pelo que é transmitido pela televisão. Considerando sua aproximação com o telespectador, a televisão pode ser criadora de “efeitos proximidade e simultaneidade”, construídos a partir de uma “retórica do “ao vivo”, que pode ser permeada através dos debates televisivos.

Deste modo, com a chegada da televisão à Colômbia, no ano de 1954, no governo de *Rojas Pinilla*, teve início uma nova era na mídia colombiana, embora somente nos anos 70 e

80 outorgou-se um espaço político na tevê, incorporando programas de opinião política, propagandas eleitorais e debates políticos, transmitidos pelas principais redes televisivas.

Depois da Constituição de 1991, estabeleceu-se a liberdade de imprensa, originando então novos canais televisivos de caráter privado, sendo liderados pelos grupos econômicos mais fortes do país, e a partir deste momento nasceram as duas redes televisivas mais reconhecidas do país, *Caracol* e *RCN*. Na atualidade, estas redes organizam e estruturam os debates presidenciais do país seguindo uma estrutura convencional liderada pelos jornalistas de cada uma das redes televisivas.

A história dos debates televisivos começou nos Estados Unidos, por volta do ano de 1960, e a primeira transmissão feita via rádio e televisão ocorreu durante as campanhas eleitorais de John F. Kennedy e Richard Nixon. O debate, na época, logrou uma participação de 60 % dos americanos, porcentagem significativa na participação política do país. Contrariamente, na América Latina os debates começaram a ter forte influência a partir da década de 1990, a qual se denominou a *terceira ola de democratização* (transição que se dá de um regime autoritário a um regime democrático) nos países latino-americanos.

A Colômbia sofre uma forte influência dos esquemas de debates transmitidos nos Estados Unidos. Geralmente os temas tratados durante o debate presidencial da Colômbia dependem dos acontecimentos mais significativos que estejam ocorrendo durante a campanha eleitoral, e assim como observamos no decorrer deste capítulo a Colômbia tem sido marcada por inumeráveis acontecimentos de violência que se refletem nos discursos políticos dos candidatos. No caso da eleição de 2010, o debate final a ser analisado nesta pesquisa girou em torno de temas como justiça militar e operações militares contra os guerrilheiros das Farc nas fronteiras da Venezuela e Equador, o que reafirma que a segurança foi considerada um dos temas de maior relevância nos debates políticos, apagando temas sociais como educação, cultura, saúde, entre outros.

Com a finalidade de entender como e o que dizem os candidatos presidenciais da Colômbia a respeito de segurança e educação, passaremos, no seguinte capítulo, a analisar as sequências discursivas extraídas dos dois últimos debates veiculados pelas redes *Caracol* e *CM&*.

CAPÍTULO III

O dizer dos candidatos políticos: Segurança e Educação na Colômbia

3.1 Análises do debate presidencial de 2010 na Colômbia

Nossa análise inicia-se a partir da identificação das condições de produção dos discursos de cada um dos candidatos, o que se dá por meio da interpretação das sequências discursivas que versam, especialmente, sobre os assuntos educação e segurança. Os referidos temas foram escolhidos porque eles são considerados pautas fundamentais para as agendas políticas da Colômbia. O tratamento para nosso *corpus* discursivo será apresentado em duas etapas. Primeiramente, serão expostos os enunciados dos candidatos sobre a matéria segurança e, posteriormente, sobre a questão da educação.

Na ocasião das campanhas eleitorais do ano de 2010, na Colômbia, foram realizados oito debates presidenciais, seguindo-se para o segundo turno, cujos enunciados materializados a partir de então fazem parte do arquivo que contempla o *corpus* de nossa pesquisa. Foram produzidos quatro debates finais, difundidos apenas pelas principais redes televisivas, quais sejam, *Caracol*, *RCN*, *City TV* e *CM&*.

Para esta análise, recortamos enunciados pronunciados pelos candidatos nos dois últimos debates, sendo: o do dia 3 de junho, veiculado pela rede *CM&*, que permitiu identificar enunciados a respeito do tema educação; e o do dia 15 de junho, transmitido pela rede *Caracol*, que tratou como tema principal a segurança.

O encontro foi estruturado por questões elaboradas pelos jornalistas envolvidos. Foi estipulado tempo para que cada candidato se pronunciasse acerca de cada questão, tendo sido de um minuto e trinta segundos. Na sequência, cada candidato teria trinta segundos para replicar a palavra do opositor. Nossas análises estão dispostas da seguinte maneira: primeiramente, será exposta a pergunta realizada pelo jornalista, seguida da resposta dos candidatos. De cada resposta, serão selecionadas sequências de análises. Iniciaremos com as perguntas realizadas no debate da rede *Caracol*, denominado *Colombia Elige*.

3.1.1 O conflito armado: um discurso sem fim

O debate inicia-se com o cumprimento do jornalista aos candidatos e com os agradecimentos aos telespectadores que assistem ao evento. Nota-se em seu discurso a relevância em reiterar que o processo eleitoral encontra-se na fase final, convidando os cidadãos colombianos a participarem ativamente da eleição que elegeria o novo presidente da República. Frisa, além disso, que o debate não pretende favorecer qualquer um dos candidatos, pelo contrário, só tentará discutir os temas de interesse do país. O cenário físico no qual se desenvolve o debate se mostra pouco iluminado, o que induz a uma aparência que poderia, eventualmente, produzir um efeito de incerteza a respeito do que pode acontecer durante o debate. Após a apresentação dos candidatos, o jornalista Dario Arismendi dá início ao debate com sua primeira pergunta direcionada para ambos os presidenciáveis:

¿Quisiera preguntarle a los dos, después del feliz rescate de este fin de semana, del general Bendieta, de dos coroneles, de un sargento y conocida... por parte de la opinión pública la opinión de ambos en contra de un acuerdo humanitario de un canje humanitario²⁰ definitivamente... Dr. Antanas y Dr. Santos, la suerte de los diecinueve uniformados que siguen pudriéndose en la selva queda restringida a otro éxito militar?”²¹.

À pergunta do jornalista, responde o candidato Antanas Mockus:

Antanas Mockus: Si. Básicamente estas 17 personas quedan sujetas aun nuevo rescate militar (...) aunque no hay que descartar posibles (...) gestos unilaterales. Lo ha hecho el gobierno nacional en ciertas oportunidades y lo ha hecho las Farc también (...) Pero estamos en un momento absolutamente optimo para trazar una línea

²⁰ Canje Humanitário ou Intercambio Humanitário: refere-se ao acordo que se realiza entre as “Forças Armadas Revolucionárias” e o Governo da Colômbia com a intenção de liberar sequestrados em poder das FARC ou guerrilheiros detidos pelo governo da Colômbia.

²¹ Gostaria de perguntar aos dois, após o resgate bem sucedido deste fim de semana, do general Bendieta, de dois coronéis, de um sargento e conhecendo a opinião pública de ambos contra um acordo humanitário de uma troca humanitária definitivamente... Dr. Antanas e Dr. Santos, o destino dos dezenove militares que continuam apodrecendo na selva, está restrito a outro sucesso militar?

*absolutamente firme y no volver a ceder. No hay que ceder de ninguna manera ceder*²².

Mockus dirige sua fala de uma maneira calma, característica da personalidade que manteve durante sua campanha eleitoral, assim como de seus pronunciamentos, principalmente nos debates presidenciais. Não obstante os movimentos constantes das mãos, principalmente na ocasião do enunciado “*Pero estamos en un momento absolutamente optimo para trazar una línea absolutamente firme y no volver a ceder*”, o candidato aparenta firmeza e segurança naquilo que quer transmitir. A tranquilidade apreendida na tonalidade da voz e na postura corporal não desconstitui esse efeito de precisão e solidez que se extrai de seu discurso. Pelo contrário, denota equilíbrio e convicção acerca do que deve ser realizado por um chefe de governo.

Com o uso repetitivo da palavra *ceder* (que deriva do latim “cedere”, cujo significado corresponde a transferir, dar um direito ou coisa), agrupada ora a uma oração condicional, ora a uma sentença imperativa negativa, conforme se apreende a partir dos seguintes enunciados: “*Si cedemos en este momento volverá a crecer el secuestro como herramienta de las Farc*”; e “*No hay que ceder de ninguna manera ceder*” – o candidato deixa visível que sua política de governo não legitima as ações da guerrilha contra a sociedade colombiana.

Jornalista: *Dr Antanas usted habla de gestos unilaterales por parte del gobierno y de las Farc, ese gesto unilateral de las Farc no dependería del ejecutivo del gobierno del día de mañana. ¿Si usted fuera presidente, daría ese paso de tener un gesto unilateral?*²³.

Antanas Mockus: *No puedo en este momento evaluar las condiciones, creo que no lo daría, se que uno queda atado por las palabras que pronuncian en estas circunstancias. Tengo una vocación de gobernar a Colombia y no quiero asumir ese compromiso de antemano. Mi compromiso es: si no hablan el lenguaje del secuestro y abandonan y*

²² Sim. Basicamente; essas 17 pessoas ainda estão sujeitas a um novo resgate militar (...) embora não devamos descartar possíveis(...) gestos unilaterais. O governo nacional fez isso em certas ocasiões e as FARC também o fizeram(...) Mas estamos em um momento absolutamente ótimo para traçar uma linha absolutamente firme e não ceder novamente. Não podemos ceder de nenhuma maneira ceder.

²³ Jornalista: Dr. Antanas você fala de gestos unilaterais por parte do governo e das Farc, esse gesto unilateral das Farc não dependeria do executivo do futuro governo? Se você fosse presidente, tomaria essa decisão de ter um gesto unilateral?

se acogen a la Constitución, al día siguiente estamos pensando en como conversar. Pero si no hay esas dos condiciones... línea total de firmeza. El ejército a avanzado mucho. En pasadas ocasiones muchos gobernantes de Colombia incluido el doctor Santos han querido conversaciones, han querido despeje yo no he estado en esa línea y no considero conveniente que estemos en este momento²⁴.

A mi me gustaría saber si el doctor Santos esta pensando en un proceso de Paz o algo parecido a lo que en otros momentos de su vida pensó ... en circunstancias como esta²⁵.

Parece-nos que a expressão “**Tengo una vocación de gobernar a Colombia**” legitima sua função como sujeito político, o que indica que conhece a situação do país e, conseqüentemente, está preparado para assumir a posição de presidente da nação. Assim, o candidato reforça sua credibilidade e competência frente ao telespectador. A tal respeito, vem a calhar as lições de Piovezani (2009), segundo as quais:

O agente político possui uma visão clara e ordenada da realidade social, pressupõe sua credibilidade e fundamenta seu dizer e seu fazer na vontade de uma coletividade que lhe reconhece a competência e lhe outorga a legitimidade; a classe política reivindica certa exclusividade na administração da sociedade e produz atividades coletivas que transcendem os interesses individuais. (PIOVEZANI, 2009, p 347).

É interessante notar como Mockus, no enunciado “*mi compromiso es: si no hablan el lenguaje del secuestro y abandonan y se acogen a la constitución, al día siguiente estamos pensando en como conversar*” se apresenta como um sujeito político que exerce os valores democráticos, cumpre com a Constituição nacional e considera a opção de estabelecer um diálogo com as FARC. A forma como manifesta seu posicionamento remete a uma memória

²⁴ Não posso, neste momento, avaliar as condições, acho que não o tomaria, sei que posso ficar comprometido com as palavras que se pronunciam nessas circunstâncias. Tenho uma vocação para governar a Colômbia e não quero assumir esse compromisso antecipadamente. Meu compromisso é: se eles não falam o idioma do sequestro, abandonam e aceitam a Constituição, no dia seguinte estamos pensando em como conversar. Mas se não existem essas duas condições... linha total de firmeza. O exército avançou muito. Em ocasiões passadas, muitos governantes da Colômbia, incluindo o Dr. Santos, queriam dialogar e liberar zonas militarmente controladas pelas Farc, eu não estive nessa linha e não considero conveniente que estejamos neste momento.

²⁵ Eu gostaria de saber se o Dr. Santos está pensando em um processo de paz ou algo parecido assim como pensou em outros momentos de sua vida e em circunstâncias como esta.

histórica, que poderia causar um efeito de incredibilidade ou credibilidade por parte do telespectador.

Referimos ao efeito de incredibilidade devido aos fracassos no tocante às tentativas de diálogos de paz, realizadas em governos passados, que remontam desde 1982. Por outro lado, o efeito de credibilidade pode ser criado a partir do êxito das políticas de cultura cidadã e educação cívica implementadas durante seu mandato como prefeito de Bogotá, uma vez que priorizavam o diálogo como estratégia na solução de conflitos, feito que fez diminuir em grande porcentagem o índice de homicídios na capital da Colômbia.

Na sequência do debate, a palavra foi outorgada para o outro candidato, que assim se pronunciou na ocasião:

Juan Manuel Santos: Dario Fernando, mire, para comenzar quiero expresarles mi solidaridad de nuevo a las familias de esos héroes de la patria. Que están siendo torturados todos los días en la selva de Colombia, encadenados por estos narcoterroristas de las Farc²⁶.

Decirle también a nuestras fuerzas armadas, muchas felicitaciones que operación tan bien diseñada y también ejecutada ustedes son orgullo de la patria y todos los colombianos las respaldamos y esperamos que sigan dando golpes de esa naturaleza²⁷.

La pregunta concreta es si nosotros vamos hacer algún tipo de acuerdo humanitario, quitémosle la palabra humanitario, por que ya hemos visto como la guerrilla lo único que hace es manipular el dolor de las familias y la vida de estos secuestrados que los tienen en esas condiciones para tratar de sacar algún dividendo político a nivel nacional o internacional a eso no le vamos a jugar²⁸.

²⁶ Dario Fernando olhe, para começar, quero manifestar a minha solidariedade novamente às famílias desses heróis da pátria. Eles estão sendo torturados todos os dias na selva da Colômbia, encadeados por esses narcoterroristas das Farc.

²⁷ Quero dizer, também às nossas forças armadas, parabéns pela operação militar bem planejada e também executada vocês são o orgulho do país e de todos os colombianos que apoiamos e esperamos que as forças militares continuem trabalhando dessa maneira.

²⁸ A questão concreta é, se nós vamos fazer algum tipo de acordo humanitário, vamos tirar a palavra humanitária, porque já vimos, as guerrilhas pretendem manipular a dor das famílias e a vida desses reféns em condições desumanas, com a intenção de obter algum dividendo político a nível nacional ou internacional, Nós não vamos entrar nesse jogo.

*Como lo dijo ayer muy bien el presidente Uribe, un acuerdo humanitario de apaciguamiento es impensable y esto ha sido nuestra posición desde el principio*²⁹.

*Lo que si queremos y en eso coincidimos con el profesor Mockus es que continúe la presión militar, rescates de esta naturaleza se pueden hacer, se pueden hacer en el futuro y además creemos que por la vía de la presión política si ellos quieren hacer algún tipo de gesto por parte de ellos y liberarlos eso es lo que el pueblo Colombiano espera*³⁰.

No primeiro fragmento, observamos que o enunciado está orientado a mostrar os personagens que ele considera como o problema do conflito armado da Colômbia, nomeando-os como *narcoterroristas*. De outro lado, adversos a estes, estariam os *heroes de la pátria*, ou seja, os soldados militares. Ao qualificar estes últimos como *heroes de la pátria*, o enunciador legitima as ações da instituição militar, que seriam justificadas em prol de um bem comum: a segurança da sociedade colombiana. Contrariamente, ao tipificar os guerrilheiros como *narcoterroristas*, reforça o medo que constantemente sentem os colombianos por conta das guerrilhas, das ações paramilitares e do narcotráfico. É desse medo que o candidato se vale para intensificar o discurso de apavoramento e agravar o efeito de perigo em que vive a sociedade colombiana. Seu discurso impressiona e atinge a memória de um sujeito já bastante afetado pela história cultural e social do lugar em que está inserido.

Nota-se que o candidato remete significados diferentes aos atores de um conflito interno que vem ocorrendo durante anos na Colômbia, contrapondo-os no interior de dicotomias como bom e mau, herói e vilão. Efetivamente, em seu discurso, as ações agressivas quando partem dos militares são legitimadas, enquanto que as ações dos guerrilheiros são condenadas, tidas como selvageria e crueldade. Há, portanto, um apagamento do fato de que Estado e

²⁹ Como foi dito ontem pelo presidente Uribe, um acordo humanitário de apaziguamento é impensável e essa foi a nossa posição desde o início.

³⁰ O que queremos e concordamos com o professor Mockus é que a pressão militar continua, resgates dessa natureza podem ser feitos, podem ser feitos no futuro e também acreditamos que, por meio de pressão política, se as Farc quiserem fazer algum tipo de um gesto libertando-os reféns, seria o que o povo colombiano espera.

guerrilhas têm sido igualmente participativos nas ações de guerra, eventos que vitimizam e torturam tanto militares quanto guerrilheiros capturados.

O discurso do candidato Santos é fortalecido pela menção ao nome do então presidente Álvaro Uribe, cuja política de segurança atuou rigorosamente contra as FARC. Ao recorrer à reputação positiva que Uribe detinha junto a boa parte dos cidadãos colombianos, o candidato atrai para si a rudeza do governo daquela contemporaneidade. Também contribuiu para esse efeito de sentido a sua postura frente ao jornalista, assim como a enunciação de palavras como “*que continúe la presión militar, rescates de esta naturaleza se pueden hacer*”. No caso do candidato Santos, ele enfatiza conhecer bem os temores do povo colombiano e por esta razão, politicamente, legitima e apoia as ações do presidente Uribe.

Na sequência, retoma o jornalista:

*Jornalista: Dr. Santos, el tiempo que se está tomando el gobierno entre las autoridades entre un y otro rescate es considerable de la operación jaque a la operación camaleón han pasado dos años, estos rescatados llevaban doce años. ¿A este ritmo si conviene pensar únicamente en esa fórmula sabiendo que tendrán que esperar tantos años?*³¹.

Juan Manuel Santos:

*Es que no hay mas, no hay muchas mas formulas. Por que le repito canje no puede haber por que es un incentivo nuevamente al secuestro y por eso no vamos hacer ningún tipo de canje. Además nadie entendería que uno canjiara unas personas que están siendo torturadas todos los días que no se les ha respetado ningún derecho. Con unos presos que han sido condenados en muchos casos por delitos de lesa humanidad*³².

³¹ Jornalista: Dr. Santos, o tempo que o governo está levando entre um e outro resgate é considerável da operação *jaque* à operação *camaleão*. A operação do camaleão foi há dois anos, esses resgatados levam doze anos. Desta forma, se é conveniente pensar apenas nessa fórmula de resgate, sabendo que terão que esperar por tantos anos?

³² É que não há mais, não há muitas fórmulas. Porque lhe repito que não pode haver troca, porque é um incentivo novamente ao sequestro e, portanto, não vamos fazer nenhum tipo de troca. Além disso, ninguém entenderia que se trocaram pessoas que estão sendo torturadas todos os dias, que não se respeitou nenhum de seus direitos. Com uns prisioneiros que foram condenados em muitos casos por crimes de lesa humanidade.

*Estas personas que están siendo torturadas, son héroes de la patria, no son prisioneros, profesor Mockus como usted los llamo el otro día. Son secuestrados héroes de la patria y nosotros no vamos a equipararlos los unos con los otros*³³.

Notamos, no discurso de Santos, o uso reiterado do sintagma *héroes de la patria* como forma de nomear os soldados militares. Por essa via, o candidato insiste em um discurso comparativo a fim de distanciar militares e guerrilheiros no que diz respeito aos fins sociais de suas ações. Daí a razão pela qual diferencia-os como *secuestrados* e *prisioneros* quando se dirige ao candidato Mockus, da oposição, a partir de uma postura defensiva: “*no son prisioneros, profesor Mockus como usted los llamo el otro día*”.

Seu discurso coloca, assim, cidadãos da mesma sociedade colombiana, que participam ativamente de gestos de captura e tortura, como pessoas de lados moralmente opostos, na medida em que apresenta as atribuições dos militares como ações heroicas [*Los militares arriesgan sus vida*], enquanto que as atuações dos membros das FARC são qualificadas como terroristas.

Esta imagem positiva dos militares materializada no discurso advém de uma posição enunciativa que se dá a partir da vivência do candidato Santos como ex-ministro da defesa, lugar social que lhe rendeu contato constante com as forças militares da Colômbia. Partindo, portanto, desse lugar enunciativo, que lhe garante a autoridade de um sujeito presidenciável com experiência na lida contra as forças armadas revolucionárias da Colômbia, o candidato espetaculariza a terminologia *heroes de la patria* em sua campanha eleitoral, utilizando-a largamente como propaganda de propostas que primavam dar continuidade à política militarista.

Seguindo o debate, entra na fala o jornalista:

Jornalista: Con la condena al general Plazas Vegas, por unos hechos ocurridos hace 25 años se ha traído hoy la discusión del fuero militar y se mezcla con el ejército de hoy con el ejército de hace 25 años y creo que de alguna manera en medio de esta campaña se puede haber

³³ Essas pessoas que estão sendo torturadas são heróis da pátria, eles não são prisioneiros, professor Mockus como o senhor os chamou outro dia. São sequestrados heróis da pátria e não os equiparemos uns com os outros.

*utilizado políticamente. ¿Cuál es la posición de ustedes como futuros presidentes y ya cual sería como presidentes frente a ese tema: ampliación del fuero militar incluyendo crímenes de lesa humanidad o extra servicio?*³⁴.

*Juan Manuel Santos: Los crímenes de lesa humanidad no pueden digamos excluirse de la justicia ordinaria porque eso es una norma internacional, pero si estoy de acuerdo en que tenemos que darle a los militares una justicia que ellos consideren justa. Y que quiere decir eso, aparentemente hay una redundancia, pero que quiere decir. Cuál es el reclamo de los militares y es válido que llegan unas personas que no tienen ni idea de lo que es el accionar militar y pasan a juzgar a unos militares que les ha tocado ir a la guerra al combate y que en un entorno militar uno debe saber como son los procedimientos*³⁵.

La justicia penal militar de hoy, es una justicia penal militar que no tienen credibilidad y por eso lo quisimos hacer nosotros cuando yo estaba en el ministerio que era comenzar por fortalecer la justicia penal militar devolverle la credibilidad para después ampliar o fortalecer el fuero, porque si lo uno no se hace lo otro queda en el aire. Entonces yo si creo que podemos hacer un gran esfuerzo, nos ayudaron además en ese proceso Estados Unidos, Gran Bretaña, Holanda, Suecia y España esos cinco países nos asesoraron fue una lastima que en el ultimo debate yo ya había salido del ministerio se hubiera hundido esa reforma. Esa reforma lo que habría hecho es darle credibilidad y fortaleza a la justicia penal militar creíble

³⁴ Com a condenação do General Plazas Vegas, por fatos ocorridos há 25 anos, hoje se trouxe a discussão da jurisdição militar e se mistura o exército de hoje com o exército de 25 anos atrás e acho que, de alguma forma, em meio a esta campanha isso pode ter sido usado politicamente. Qual é a posição de vocês como futuros presidentes diante dessa questão: expansão da jurisdição militar, incluindo crimes de lesa humanidade ou serviço extra?.

³⁵ Os crimes de lesa humanidade não podem, digamos, ser excluídos da justiça comum, porque essa é uma norma internacional, mas eu concordo que devemos dar aos militares uma justiça que eles considerem justa. E o que isso quer dizer, aparentemente existe uma redundância, mas o que quer dizer. Qual é reclamação dos militares e é certo que chegam algumas pessoas que não tem ideia do que é a ação militar e passam a julgar alguns militares que tiveram que ir à guerra para combater e em um ambiente militar você deve saber como são os procedimentos.

*entonces el fuero militar se puede ampliar pero no hasta el punto de ir en contra de las normas internacionales por que sería contraproducente*³⁶.

*Yo creo que los militares son los primeros lo creo lo digo por que los conozco, por que trabaje con ellos. Son los mas interesados en tener una justicia pronta y eficaz, pero una justicia transparente para ellos*³⁷.

A atitude de querer proteger e daí vitimizar a instituição militar prevalece no enunciado de Santos, que se utiliza de sua posição política anterior enquanto ministro da defesa. Trata-se de uma tática de autolegitimação de sua competência profissional, na medida em que o candidato propaga seus conhecimentos em diferentes áreas, acentuando sua trajetória profissional e política, que inclui uma variada vivência em domínios como economia, administração, jornalismo e governança.

Em réplica, diz o candidato da oposição, Antanas Mockus:

*Antanas Mockus: El argumento es increíble es algo así, como los militares tienen que ser juzgados por los militares por que los no militares no saben lo suficiente de asuntos y pueden ser injustos eso me parece pues grave pues aplicaría a cantidad de profesionales*³⁸.

Los periodistas podrían ser juzgados por periodistas y entonces es muy claro hay que subrayarlo que para faltas graves cosas contra el derecho internacional humanitario, crímenes de guerra, crímenes de

³⁶ A justiça penal militar de hoje é uma justiça penal militar que não tem credibilidade e é por isso que nós quisemos fazer nós mesmos quando eu estava no ministério que era começar por fortalecer a justiça penal militar, devolver-lhe a credibilidade e expandir ou fortalecer a jurisdição, porque se não se faz uma coisa, a outra fica no ar. Então, acho que podemos fazer um grande esforço, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a Holanda, a Suécia e a Espanha nos ajudaram no processo. Os cinco países nos aconselharam. Foi uma pena que no último debate eu tenha deixado o ministério. Essa reforma teria dado credibilidade e força à justiça penal militar, então a jurisdição militar pode ser expandida, mas não ao ponto de ir contra os padrões internacionais porque seria contraproducente.

³⁷ Eu acredito que os militares são os primeiros, acredito, digo, porque eu os conheço, porque eu trabalhei com eles. Eles são os mais interessados em ter uma justiça rápida e eficaz, mas uma justiça transparente para eles.

³⁸ O argumento é incrível é algo assim, como os militares devem ser julgados pelos militares porque os não-militares não sabem o suficiente sobre as questões e podem ser injustos, isso me parece grave, porque essa situação se aplicaria a um grande número de profissionais.

*lesa humanidad claramente el estándar mundial es militar que se propuso en ese sentido va a la justicia corriente a la justicia normal*³⁹.

*Si la justicia corriente del país no funciona se va a la justicia internacional por eso he hablado del triple heroísmo del soldado contemporáneo. El soldado contemporáneo le toca estar en la batalla pero le toca actuar de una manera fuertemente estipulada por la constitución, las leyes y los reglamentos y tiene que actuar digámoslo así con las manos parcialmente amarradas y tiene que vencer hay y no importa si fracasa o si vence de cualquier modo lo pueden llamar a cuentas jueces no militares por lo que hizo y como lo hizo Y si la justicia del país no es suficientemente creíble puede ser llamado a ser juzgado en un tercer nivel , tres veces héroe. Lo que digo es que esa es la configuración contemporánea y fue muy fuerte la reacción internacional ante las declaraciones de hace cuatro días del señor presidente*⁴⁰.

Mockus inicia sua fala contrapondo-se ao posicionamento político e ideológico de Santos, segundo o qual a justiça comum não poderia ser aplicável aos militares, pois estes deveriam ser julgados, na visão do candidato Santos, por seus pares (*tenemos que darle a los militares una justicia que ellos consideren justa*).

A oposição de Mockus vai ao encontro da adoção de um discurso moralizante sem predileções, a partir do qual não poderia haver concessões que induzissem ao empoderamento de uma determinada classe de indivíduos. Nesse segmento, o candidato se aproxima das regras constitucionais para atacar toda e qualquer violação aos direitos humanos e priorizar a justiça como base fundamental das sociedades, devendo haver, em sua ótica, estrito

³⁹ Os jornalistas poderiam ser julgados por jornalistas e, então, é muito claro que deve ser enfatizado que, para violações graves contra o direito internacional humanitário, crimes de guerra, crimes contra a humanidade, claramente o padrão mundial propagado é militar e, nesse sentido, vai à justiça normal.

⁴⁰ Se a atual justiça do país não funciona, ela irá para a justiça internacional, por isso falo do triplo heroísmo do soldado contemporâneo. O soldado contemporâneo está na batalha, mas ele tem que agir de acordo com a Constituição, com as leis e com os regulamentos e tem que agir, digamos assim, com as mãos parcialmente amarradas e tem que vencer ou se falhar de qualquer maneira ele pode ser chamado pelos juízes não-militares pelo que ele fez e como ele fez. E se a justiça do país não é credível o suficiente pode ser chamado para julgamento em uma terceira instância, três vezes herói. O que estou dizendo é que esta é a configuração contemporânea e a reação internacional foi muito forte frente às declarações feitas há quatro dias pelo presidente.

cumprimento legal do ordenamento jurídico pátrio, independentemente do lugar social ocupado pelo sujeito colombiano. Seu discurso, portanto, é flagrantemente contrário ao discurso do candidato Santos quanto ao tratamento jurídico diferenciado dado aos soldados militares, a quem este último chama indistintamente de *heroes de la patria*.

Na sequência, prossegue o jornalista:

*Jornalista: ¿Usted que opina de la decisión del presidente de cuestionar públicamente a través de todos los medios disponibles una decisión judicial en defensa de una institución que realmente no es la afectada por la decisión si no es uno de sus integrantes?*⁴¹

*Antanas Mockus: Claramente no apruebo la intervención del presidente Uribe la reacción internacional claramente muestra que juzgado desde una perspectiva internacional el presidente se está metiendo con un poder, es el capítulo que estábamos hablando con la Institucionalidad democrática, la coherencia y el equilibrio entre los poderes el respeto a la decisión del otro poder. El presidente máximo hubiera podido decir esperemos lo que diga la justicia en segunda instancia, busquemos que ojala la justicia garantice un debido proceso pero no enfilar baterías a defender un oficial que esta en proceso de ser condenado, es decir creo que eso desequilibra la relación entre los poderes y sobre todo no educa bien a la ciudadanía. La ciudadanía debe respaldar al ejército, pero comprender que el ejército tiene que actuar dentro de ciertas normas y tiene que rendir cuentas ante la justicia si comete faltas graves*⁴².

El fuero es para acciones de servicio si alguien dio una orden y el soldado excedió en la interpretación de esa orden o no la cumplió,

⁴¹ Jornalista: O que você acha da decisão do presidente de questionar publicamente através de todos os meios disponíveis uma decisão judicial em defesa de uma instituição que realmente não é a afetada pela decisão se não é um de seus membros?

⁴² Eu claramente não aprovo a intervenção do presidente Uribe, a reação internacional mostra claramente que, desde uma perspectiva internacional, o presidente está entrando com um poder, é o capítulo do qual estávamos conversando da instituição democrática, a coerência e o equilíbrio entre os poderes, o respeito pela a decisão do outro poder. O presidente poderia ter dito: o que a justiça diz em segunda instância, esperamos que a justiça garanta um processo, mas não defender um oficial que está em processo de condenação, ou seja, eu acho que desequilibra a relação entre os poderes e, acima de tudo, não educam bem os cidadãos. Os cidadãos devem apoiar o exército, mas entender que o exército deve atuar dentro de certas normas e deve ser responsabilizado se comete delitos graves.

*pero lo que paso en el Palacio de Justicia las 16 desapariciones pues no fueron tramitadas digámoslo así por las líneas por los conductos regulares ni el presidente de la republica ni un alto oficial dio la orden de desaparecer esas 16 personas. Alguien actuó como rueda suelta*⁴³.

Antanas Mockus, cujo discurso se destaca pelo uso de simbolismos nas pronúncias, muda sua estratégia retórica ao recorrer a uma fala mais pragmática. Todavia, não abandona seu discurso legalista, que prioriza o cumprimento das normas e da ordem constitucional acima de tudo. Ainda que demonstre reconhecimento da importância do Exército como instituição do Estado, tem claro que os militares devem ter o mesmo julgamento que os cidadãos comuns, isto é, sob o jugo da mesma base constitucional, que dispõe sobre a proteção dos direitos humanos indistintamente. Por esse prisma, todo e qualquer ataque contra qualquer um do povo deve ser punido.

Portanto, ainda que figurem como agentes do Estado, os soldados militares que se excedem no exercício de suas atribuições, segundo o candidato, devem ser investigados e punidos sob a luz da normatização *erga omnis*, sem distinção de foro e sem privilégio de classe. É o que se apreende, especialmente do enunciado "*el ejército tiene que actuar dentro de ciertas normas y tiene que rendir cuentas ante la justicia si comete faltas graves*".

Ante tal posicionamento, a imagem do candidato Mockus é fortalecida por um discurso de justiça e moralidade, quanto mais sobreleva o princípio de igualdade perante a lei. Assim, a legalidade e o respeito à constituição permeiam sua fala de maneira constante, criando efeitos de decoro, decência e honestidade.

Além do mais, como seu posicionamento ideológico é contrário ao de seu opositor, que em seu discurso apoiava a continuidade das práticas políticas do então presidente em exercício, que, por sua vez, gozava de significativo apoio popular, o discurso do candidato Mockus também induz ao efeito de autenticidade e renovação das políticas públicas.

De maneira geral, o debate analisado transcorreu de forma tranquila e polida no que diz respeito ao tratamento entre os candidatos e quanto ao devido cumprimento do tempo nos turnos de fala. Essa aparente cordialidade, no entanto, destaca um efeito de inversão quando

⁴³ A jurisdição é para ações de serviço se alguém deu uma ordem e o soldado excedeu na interpretação desse pedido ou não cumpriu, mas o que aconteceu no Palácio da Justiça os 16 desaparecimentos não foram processados, então digamos, pelas linhas, pelas condutas regulares, nem o presidente da República nem um alto funcionário deram a ordem de desaparecer as 16 pessoas. Alguém atuou sem estar siente da situação.

se deixa perceptível que o tratamento dado ao candidato Mockus como "professor Mockus", longe de indicar culto ou reverência, aponta que na governança não há lugar para catedráticos. Com efeito, nunca o cargo de Presidente, ao longo da história política do país, foi ocupado por professores.

Além do mais, o tratamento aparentemente cordial também sugere desmoralização do perfil profissional do candidato, especialmente em razão do fato de que, na sociedade colombiana, o professor é subvalorizado.

Lado oposto, o candidato Mockus dirige-se ao candidato Santos como "Doctor Santos", tratamento que indica, popularmente, *status* e nível social que o destaca de outros grupos. Porém, é sabido que a terminologia "doutor" advém de título atribuído àqueles que atingiram determinado grau acadêmico, após apresentada uma tese a uma banca examinadora encarregada de avaliar o acadêmico. Portanto, trata-se de termo a ser empregado às pessoas que adquiriram tal grau no meio universitário, e não como pronome de tratamento para fins de ostentação. Constitui-se, pois, mera tradição referir-se a outras pessoas como "doutor" sem o ser.

Na Colômbia, em especial, o termo "doutor" como pronome de tratamento é utilizado rotineiramente quando se trata, por exemplo, de indivíduos ocupantes de cargos hierarquicamente superiores em organizações empresariais, ou no caso de figuras públicas, entes políticos, entre outros grupos favorecidos no meio social.

Contudo, assim como ocorre com a titulação "professor", utilizada para o candidato Mockus, igualmente no caso de o opositor qualificar o candidato Santos como "doutor" percebe-se um efeito de inversão quanto àquilo que, aparentemente, seria visto como cordialidade. De fato, há uma certa subserviência provocada pelo pronome de tratamento "doutor" que parece distanciar o candidato Santos do cidadão comum e, opostamente, aproximar o candidato Mockus de uma ampla faixa da população colombiana.

Estas definições que delimitam um *status* impõem ao cidadão escolher entre um professor efetivamente "doutor", próximo do cidadão comum, e um "doutor não doutor", promotor da continuidade de um plano de governo militarista.

Há ainda a necessidade de considerarmos o modo como o jornalista elaborou as perguntas, pois é visível que nos debates presidenciais da Colômbia o jornalista se constitui o ator principal do debate, com perguntas direcionadas a um discurso argumentativo e ideológico que deveria ser seguido pelos candidatos.

Nota-se que cada uma das perguntas vem antecedida por um pronunciamento, o que evidencia que o jornalista tenta, de certo modo, fazer com que o candidato perceba que a

pergunta tem um sentido para o eleitor. No entanto, como foi mencionado anteriormente, as marcas ideológicas encontram-se inerentes a algumas perguntas. Isto fica evidente, por exemplo, no momento em que o jornalista menciona que os soldados estão *podriéndose en la selva*, trazendo em seu pronunciamento a memória de sofrimento e desrespeito dos direitos humanos para com os soldados colombianos. Ao fazer uso da palavra *podriéndose* pode estar reforçando os efeitos de medo que foram criados, particularmente, nos pronunciamentos de Santos.

Outra característica evidente nas perguntas do jornalista é a maneira constante de se dirigir aos candidatos pelo sobrenome e com o pronome de tratamento doutor, exemplo *Doctor Mockus e Doctor Santos*, que poderia se considerar como um modo igualitário de se tratarem os dois candidatos, assim como uma maneira relevante de colocar os dois sujeitos políticos no mesmo nível, seja acadêmico ou social.

Para finalizar, é importante mencionar que a influência do jornalista e de como ele direciona o debate, limitando os discursos dos candidatos políticos aos seus questionamentos, determina muitas vezes a fala dos mesmos, assim como a maneira de construírem o seu discurso político para convencer os seus eleitores. Desse modo, como foi dito no capítulo dois, conclui-se que a influência dos meios de comunicação da Colômbia, assim como de seus jornalistas, determina em grande instância os futuros eleitos nas campanhas políticas.

3.1.2 A educação: um discurso silenciado na Colômbia

Considerando que pouco foi falado acerca da matéria Educação na ocasião dos debates políticos entre os dois candidatos, entendemos que há nessa omissão uma forma de silêncio nos termos como ensina Eni Orlandi (2007, p. 11): “há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no silêncio e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio. Há silêncio nas palavras”. Para a autora, o silêncio se vê atravessado pelas palavras, o que significa que o sentido de algo pode ser outro ou pode estar presente naquilo que nunca se diz.

Para a autora, o silêncio “é a própria condição da produção de sentido”, na medida em que constrói efeitos de sentido na relação com o sujeito e com o simbólico. Nesse cenário, Orlandi classifica as formas de silêncio conforme seguem: a) o silêncio fundador; e b) a política do silêncio, subdividida em silêncio constitutivo e silêncio local.

O silêncio fundador é o princípio de toda a significação, pois cria sentido desde a antecedência das palavras. Já a política do silêncio está associada à contextualização sócio-

histórica, que remete à relação do “poder-dizer”. Quando dizemos algo, automaticamente apagamos outras possibilidades de sentidos. Se escolhermos uma determinada palavra, por exemplo, necessariamente outras palavras serão silenciadas por nossas escolhas. O nosso discurso é moldado constantemente a partir disso. “A diferença entre o silêncio fundador e a política do silêncio é que a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele se significa em (por) si mesmo.” (ORLANDI, 2007, p. 75).

Trazendo os ensinamentos de Orlandi para a reflexão de nossa temática, apreendemos que as questões relacionadas à matéria Segurança, de certa forma, silenciam as questões decorrentes ao tema Educação, na medida em que Segurança se insere em um “poder-dizer” que vem de uma memória inscrita em momentos históricos do país que, por sua vez, remetem aos temas de violência e apagam, quase que por completo, o discurso sobre a Educação acadêmica do povo colombiano. Esse cenário discursivo cria efeitos de sentido que refletem no posicionamento dos eleitores, especialmente por fortalecer o sentimento de temor a partir de um discurso de exacerbação à violência.

Para este momento das análises apresentaremos as sequências recortadas durante o debate final organizado no “Foro sobre Gestão Pública”, que foi transmitido na rede CM& e apresentado para o telespectador como o primeiro *cara a cara* dos candidatos à disputa eleitoral do segundo turno.

Tal debate teve duas particularidades em relação ao anterior. Primeiramente, foi um debate aberto que contou com um auditório presencial, além do público telespectador. Além disso, os candidatos falaram de suas propostas presidenciais sem serem instigados por questões prévias. O jornalista Yamid Amad atuou como mediador da fala e do tempo.

O primeiro a fazer seu pronunciamento foi o candidato Mockus, que discursou sobre a Educação no Ensino Superior conforme enxerto abaixo:

Antanas Mockus: Necesitamos acortar el tiempo en que la gente hace el doctorado en Colombia, necesitamos ampliar el presupuesto de Colciencias y de las empresas privadas dedicados a la innovación, tenemos que apostarle a esa carta, si no cuando descubramos para dónde va el mundo va ser para llorar de tristeza⁴⁴.

⁴⁴ Precisamos que o tempo em que as pessoas fazem o doutorado na Colômbia seja mais curto, precisamos expandir o orçamento de *Colciencias* e das empresas privadas dedicadas à inovação, temos que apostar nessa carta, se não quando descobramos para onde vai o mundo, vamos apenas nos lamentar.

*Formar doctorandos en el exterior es una maravilla pero la mitad se queda por fuera no vuelven entonces lo que hacemos es exportar nuestros talentos*⁴⁵.

*Entonces hay que construir toda la cadena de producción de conocimiento y conectar desde el preescolar hasta el posdoctorado*⁴⁶.

*Eso insisto cuando tome la decisión de que Sergio Fajardo seria al mismo tiempo vicepresidente y Ministro de educación quise mandar una señal como un acuerdo con él, clara y contundente a la sociedad colombiana. No la jugamos a la educación*⁴⁷.

*Muchisimas familias colombianas hacen ahorros urgentes para educar a sus hijos, queremos ser responsables de ese esfuerzo multiplicando sus efectos y para eso necesitamos educación de altísima calidad. Yo me comprometo*⁴⁸.

O enunciado do candidato Mockus, *Necesitamos acortar el tiempo en que la gente hace el doctorado en Colombia, necesitamos ampliar el presupuesto de Colciencias*, apresenta uma proposta de política educativa eficaz objetivando a formação de futuros doutorandos. O candidato se situa na posição do eleitor ao fazer uso das modalidades *necesitamos / nuestros / jugamos/ queremos*. O uso do verbo no plural tem uma conotação de participação coletiva, atraindo o efeito de responsabilidade compartilhada entre sociedade e Estado, no que diz respeito ao tema formação acadêmica do cidadão colombiano.

Ao fazer referência ao enunciado *Entonces hay que construir toda la cadena de producción de conocimiento y conectar desde el preescolar hasta el posdoctorado*, o candidato acentua a importância da educação desde a primeira infância, de tal modo que seja compreendida a relevância não só de um investimento econômico, mas também humano, que possibilite novos processos pedagógicos na educação. Ao visibilizar a evolução acadêmica dos cidadãos colombianos desde a infância, o candidato Mockus coloca a educação como eixo

⁴⁵ Formar doutorandos no exterior é uma maravilha, mas a metade deles decide ficar no exterior, eles não retornam, então o que fazemos é exportar nossos talentos.

⁴⁶ Então, devemos construir toda a cadeia de produção de conhecimento e conectar o ensino desde a pré-escola até o pós-doutorado.

⁴⁷ Fui insistente, quando tomei a decisão de que Sergio Fajardo seria, ao mesmo tempo, vice-presidente e Ministro da Educação, queria enviar uma mensagem clara e convincente para a sociedade colombiana. Nós priorizamos a educação.

⁴⁸ Muitas famílias colombianas fazem grandes economias para educar seus filhos, queremos ser responsáveis por esse esforço multiplicando seus efeitos e para isso precisamos de educação de alta qualidade.

fundamental no contexto político do país, considerando que a pedagogia poderia ser o recurso até mesmo para diminuir a participação de jovens em grupos de guerrilhas armadas, já que esta seria a causa dos maiores índices de deserção escolar.

Desse modo, o enunciador situa sua fala no âmbito de sua prática pedagógica profissional, o que explica seu enunciado: *No la jugamos a la educación*. O enunciado discursivo do candidato pressupõe um saber-fazer fundamentado em suas práticas como reitor de uma universidade pública e promotor de políticas educativas na capital da Colômbia, evidenciando que o mesmo se inscreve em uma realidade social que precisa ser priorizada no contexto colombiano. Observamos que o enunciado do candidato Mockus se encontra orientado a mostrar outros personagens como Sergio Fajardo, que também é formado em educação, o que significa que no enunciado de Mockus se “personaliza o sujeito político” e, por sua vez, a representação política, isto é, a possível ascensão ao poder de sujeitos políticos (professores) que, na tradição política colombiana, encontram-se relegados a outras esferas de participação social.

Embora a constituição colombiana e, por conseguinte, o Estado deva garantir a educação como um direito fundamental dos cidadãos, e, segundo o MEN (*Ministerio de Educación Nacional*) (2008), a educação é bastante relevante nos aspectos sociais e econômicos do país, a realidade educativa parece ser outra na sociedade colombiana, como foi visto anteriormente. No seu pronunciamento final: *Muchísimas familias colombianas hacen ahorros urgentes para educar a sus hijos, queremos ser responsables de ese esfuerzo multiplicando sus efectos y para eso necesitamos educación de altísima calidad*, o candidato Mockus demonstra que conhece bem a problemática que diz respeito à qualidade da educação. A sua linguagem cria um efeito de proximidade com o povo quando reconhece o esforço que fazem as famílias colombianas economizando para dar uma melhor educação acadêmica aos filhos. Sua condição de professor o coloca em pé de igualdade com o grupo social representado por estas famílias, especialmente quando Mockus se afasta do habitual discurso analítico e acadêmico, característico de seus pronunciamentos, para se aproximar do público eleitor por meio de um discurso mais igualitário. Além disso, ao reafirmar a responsabilidade do Estado de oferecer uma educação de qualidade e acesso a ela para a população colombiana, o candidato fecha seu pronunciamento com uma veemente afirmativa: *yo me comprometo*, assumindo assim a responsabilidade pelo cenário educativo do país, no caso de ser eleito presidente.

Entendendo que a educação tem ampla influência em todas as esferas da sociedade, seja nos aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos, somente seu fortalecimento permitirá o pleno desenvolvimento dos sujeitos. Como afirma Bordieu:

“concebimos la educación como un campo que se inscribe dentro de un ámbito más amplio, el cultural, en el que confluye una serie de actores sociales, instituciones y saberes específicos, que interactúan entre sí y ocupan posiciones estratégicas, determinadas por la apropiación diferenciada de capitales sociales, culturales y económicos; posiciones que sufren modificaciones en las distintas coyunturas, de acuerdo con los intereses en pugna y con la dinámica marcada por las relaciones de poder y de saber, entre los grupos y actores sociales que tienen injerencia en el campo” (HERRERA apud BORDIEU, 2000. p. 283).

Em oposição às colocações de Mockus, Santos, em seu único pronunciamento referente à educação, deixa claras suas posições neoliberais, conforme se segue:

Juan Manuel Santos: Primero en los países donde la Cultura tiene un gran peso generalmente la empresa privada es promotora de esa cultura hay que darle a las empresas un estímulo para que ellos mismos promuevan la cultura y como ya se ha dicho no sea solamente origen del gobierno, del estado⁴⁹.

En segundo lugar tenemos que adaptarnos al siglo XXI a la tecnología (...) les cuento muy brevemente un ejemplo que hicimos en Vista Hermosa una población que ni siquiera tenía acceso a la televisión, ni al celular les llevamos a todos los niños un pequeño computador y unas profesoras⁵⁰.

Y en 15 días fuimos de visita y los niños estaban detrás de los padres enseñándoles. La tecnología tiene un impacto muy importante que en la cultura y bien dirigida se puede expresar con mucha más fuerza en la educación⁵¹.

⁴⁹ Primeiro, nos países onde a Cultura tem uma grande importância, a empresa privada é geralmente o promotor dessa cultura, é necessário dar às empresas um estímulo para que eles mesmos promovam a cultura e, como já foi dito, não é apenas a origem do governo, do estado.

⁵⁰ Em segundo lugar, temos que nos adaptar à tecnologia do século XXI. Um exemplo muito breve foi quando fizemos a visita em *Vista Hermosa*, uma população que nem teve acesso à televisão, nem ao celular, levamos a todas as crianças e alguns professores um pequeno computador.

⁵¹ E em 15 dias voltamos e visitamos as crianças, elas estavam ensinando aos pais. A tecnologia tem um impacto muito importante que dentro da cultura bem direcionada, pode ser expressado muito mais fortemente na educação.

Seu pronunciamento, organizado de modo a esclarecer a intenção do candidato de favorecer as empresas privadas e minimizar a participação do Estado na educação do povo colombiano, deixa transparecer a ideologia capitalista, especialmente no enunciado: *Primero en los países donde la cultura tiene un gran peso generalmente la **empresa privada** es promotora de esa cultura **hay que darle a las empresas un estímulo para que ellos mismos promuevan la cultura** y como ya se ha dicho **no sea solamente origen del gobierno, del estado***. Como se pode observar, o candidato retira a responsabilidade do Estado na formação cultural do país e a transfere para o setor privado, transformando a educação e, conseqüentemente, a cultura do povo em algo que pode ser mercantilizado.

No segundo momento do enunciado, Santos fala de adaptação ao século XXI a partir do uso da tecnologia, citando um exemplo específico, que certamente não se estende ao país como um todo, especialmente quando não proporcionado pelo Estado colombiano. No enunciado observa-se ainda a conjugação das modalidades enunciativas no passado *hicimos/llevamos*, o que remete a um ethos político de gestor ou promotor de ações passadas, e demonstra as ações de autoelogios por parte do candidato, na medida em que se mostra como ator social indispensável para a promoção de projetos que contribuiriam para a implementação da tecnologia em prol da educação acadêmica. Com o uso do verbo na primeira pessoa do plural, nós, o candidato também se mostra como um sujeito político preocupado com a situação precária dos lugares periféricos do país e um homem público de confiança que agrupa as qualidades para governar o país.

Por fim, no conjunto das seqüências selecionadas a respeito da educação, pudemos observar que as posições sociais e ideológicas dos candidatos Mockus e Santos se legitimam em seus pronunciamentos, segundo seu saber-fazer. Enquanto o candidato Mockus, no seu papel de professor, propõe diferentes alternativas para a solução dos problemas da educação na sociedade colombiana, acentuando enunciados em prol da melhoria da qualidade e acesso à educação como responsabilidade do Estado, o candidato Santos enuncia a partir de uma proposta neoliberal, num discurso legitimado a partir de suas experiências passadas nos cenários políticos nos quais se desenvolveu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a Grécia antiga, a preocupação com a educação política dos cidadãos, compreendida como o ensino da arte de falar em público, tem como finalidade maior a formação de dirigentes e líderes políticos que possam utilizar suas competências intelectuais e habilidades para o convencimento dos cidadãos, através das palavras. Aristóteles, em um postulado apresentado no seu livro “Política”, leva em consideração o significado que têm as palavras, demonstrando que elas se constituem através dos pensamentos e dos acontecimentos reais vividos pelo homem.

la palabra es para manifestar lo conveniente y lo dañoso, lo justo y lo injusto, y es exclusivo del hombre, (podemos decir su diferencia específica) frente a los demás animales, el tener él sólo, el sentido del bien y del mal, de lo justo y de lo injusto, etc., y la comunidad de estas cosas es lo que constituye la casa y la ciudad. (ROSSI apud ARISTÓTELES, I, 1253^a)

No primeiro momento de nossa pesquisa, com a finalidade de entender o quê e como os candidatos presidenciais Juan Manuel Santos e Antanas Mockus falam de segurança e educação nos debates presidenciais, nos detivemos nos percursos teóricos pêcheutianos, entendendo que a AD surgiu na década de 60 sobre as bases do estruturalismo e trouxe consigo uma nova concepção do discurso. Segundo nossa abordagem da teoria, consideramos que o grande feito deste pensador foi considerar que o sujeito está interpelado pela história e que o discurso é construído a partir de enunciados dados em diferentes contextos sócio-históricos. Além de considerar que o discurso é “lugar privilegiado de encontro entre a linguística e a história” (COURTINE, 2006, p. 40), a análise do discurso (AD) instituiu-se sob as bases do que foi denominado uma “mudança de terreno”, na qual se promoveu um deslocamento conceitual nos saberes da linguística e das ciências sociais sobre os estudos da língua. O relevante nessa mudança de terreno é a intervenção de Pêcheux na oposição saussuriana entre a língua e a fala.

Os resultados dos debates provenientes do grupo de Michel Pêcheux permitiram entender alguns elementos importantes da AD, como as condições de produção referindo-se às determinações histórico-sociais que sustentam os enunciados do discurso, além das formações discursivas, através das quais os discursos adquirem sentido a partir das posições sociais do sujeito, que enuncia o que convém dizer, “o que pode e deve ser dito”.

Nesse sentido, ao realizar no segundo capítulo uma descrição da história política da Colômbia, reconhecemos que os discursos políticos dos candidatos presidenciais refletem os inumeráveis acontecimentos históricos do país. Desde a época do colonialismo, acontecimentos de violência têm se perpetuado pela história da Colômbia; nessa perspectiva, compreendemos como, desde o primeiro momento da chegada dos espanhóis e sua imposição política e religiosa, a Colômbia passou por inúmeros enfrentamentos políticos para conseguir ser um país independente. Essa independência desencadeou a formação e a organização de partidos políticos tradicionais que legaram ao país o seu maior desafio contemporâneo: o narcotráfico e a criação de novos grupos revolucionários, os quais se converteram no tema principal dos discursos políticos dos candidatos colombianos, evidenciando que desde o início da história política do país o tão falado respeito à educação tem sido silenciado pelos discursos de segurança.

Ao fazer uma caracterização do discurso político, o entendemos como um “tipo de fala pública” (PIOVEZANI, 2008), através da qual os candidatos presidenciais Juan Manuel Santos e Antanas Mockus se legitimam como sujeitos políticos. Entendendo que nos processos de caracterização do discurso o sujeito político reconhece a realidade social, assim, os candidatos presidenciais da Colômbia legitimam sua fala a partir dos enunciados que dão conta das necessidades da sociedade colombiana, principalmente ao abordar o tema da segurança. Os candidatos e sua equipe de campanha reconhecem que, para os colombianos, este assunto desperta um grande interesse, devido à situação de conflito armado que o país sofre há mais de 60 anos, fato que produz na população colombiana uma inquietação constante. Dessa forma, o candidato explora este tema em sua fala pública de maneira que produza, em maior medida, efeitos de tranquilidade no eleitor em relação ao conflito, ao mesmo tempo que produz um efeito de legitimidade de sua candidatura, apresentando-se como o candidato capaz de resolver essa situação que ameaça a paz e a coesão nacional.

Os temas relacionados à segurança e conflito ainda têm uma grande relevância no país, que por isto acaba esquecendo por completo a importância de um discurso em torno da educação. Isto ficou evidente no momento de selecionar o *corpus* dos pronunciamentos a respeito da educação, quando concluímos que eram poucos ou eliminados do tema do debate, o que nos permitiu refletir sobre o silenciamento do discurso da educação na Colômbia.

Ainda sobre o aparecimento ou não desses temas no debate eleitoral, podemos considerar que o apagamento do tema educação e o fortalecimento do tema da segurança pode ter relação com as incertezas e medos da violência difusa, pois que, nas palavras de Courtine, “para qualquer lado que voltemos, parece que podemos prolongar infinitamente a lista de medos

contemporâneos” (COURTINE, 2008, p.17). Medos como do terrorismo mundial, conflitos e guerras ao redor do mundo têm circulado de maneira exaustiva nas mídias, criando efeitos de insegurança nos cidadãos que são identificados e explorados nas campanhas eleitorais e nos pronunciamentos políticos. No nosso caso, especificamente, o discurso da educação tem sido apagado pelo medo da violência no país, a qual, por sua vez, tem perpetuado no discurso político dos candidatos presidenciais da Colômbia.

Outra maneira que encontramos de entender o silêncio nos pronunciamentos a respeito da educação foi a partir dos postulados sobre formas de silêncio propostos por Eni Orlandi: o silêncio fundador, “aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significativo, produzindo as condições para significar (ORLANDI, 2007, p. 24), e a política do silêncio, que se encontra subdividida em silêncio constitutivo e silêncio local. O silêncio constitutivo representa um dito tentando silenciar um não-dito; no silêncio local se apresenta o interdito, que significa aquilo que não pode ser dito segundo uma conjuntura dada; trata-se de um silêncio imposto.

A partir de nosso trabalho analítico, pudemos perceber que o candidato Mockus mostra-se em seus pronunciamentos como um sujeito político justo, que promove a justiça como exemplo de sociedade. Através de sua fala, Mockus emerge um novo discurso político na Colômbia, que se torna evidente nas suas formulações de uma política promotora da legalidade e da justiça. Por seu turno, o sujeito político construído por Juan Manuel Santos é determinado pela posição ideológica na qual se encontra inscrito, a qual determina aquilo que pode ser dito pelo candidato. Sua fala se vê interpelada por suas ações políticas, seja por seus partidários ou pela sua participação no governo de Alvaro Uribe, como Ministro da Defesa. Por isso tudo, evoca a memória do tema da segurança e da aliança com seu promotor Uribe, apagando os problemas do governo e destacando seus feitos. Seus enunciados não criam efeitos de igualdade frente aos seus eleitores; pelo contrário, eles geram cenários que reforçam as disputas entre os guerrilheiros e os militares, atores do conflito armado.

Por fim, descrever e interpretar os sentidos dos enunciados sobre segurança e educação presentes nos debates eleitorais da Colômbia de 2010 nos permitiu entender e explicar como foram construídos os efeitos de sentidos nos pronunciamentos dos candidatos presidenciais Antanas Mockus e Juan Manuel Santos, e como a história, a língua e a ideologia encontram-se inseridas em seus discursos. Nessa perspectiva, reafirmamos o postulado do pensador Michel Pêcheux, ao considerar o discurso como:

“[...] efeito de sentidos entre interlocutores”, é o lugar de contato entre a língua e a ideologia, sendo que a materialidade da ideologia é o discurso e a materialidade do discurso é a língua. (PÊCHEUX1969, p.82)

Concluimos, então, que o emprego de determinadas palavras nos pronunciamentos dos candidatos não produzem necessariamente os mesmos sentidos; pelo contrário, os sentidos dependem das posições ideológicas em que se encontram inscritos os enunciados.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.
- CENTRO DE LIDERAZGO Y GESTIÓN. Pronunciamento de Juan Manuel Santos e Antanas Mockus. Cadeia nacional de tevê. Disponível em: < <http://www.liderazgoygestion.com/intervencionesgm.php>>. Acesso em: 28 set. 2016.
- CENTRO DE MEMORIA HISTÓRICA. **Basta Ya**. Bogotá: Memorias de Guerra y Dignidad, 2013.
- COLOMBIA. Ministerio de Educación Nacional. **Revisión de Política Nacionales de educación. Educación en Colombia**. Bogotá: OCDE, 2016. Disponível em: < https://www.mineducacion.gov.co/1759/articles-356787_recurso_1.pdf. > Acesso em: 20 jun. 2017.
- CONGRESO VISIBLE. **Partido Social de Unidad Nacional**: seguridad democrática como política de Estado. Disponível em: <<http://www.congresovisible.org/partidos/perfil/partido-social-de-unidad-nacional-partido-de-la-u/5/>>. Acesso em: 25 set. 2017.
- COURTINE, Jean Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009. p.73.
- _____. Discursos sólidos, discursos líquidos: a mutação das discursividades. In: SARGENTINO, Vanice; GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.) **Análise do discurso**: herança, métodos e objetos. São Carlos: Editora Claraluz, 2008. p.17.
- _____. J. J. O conceito de formação discursiva. In: BARONAS, R. L. **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.
- DIAZ, Sandra, El discurso político de la mesa amplia nacional estudiantil. In : OLAVE, Giohanny; ARNOUX, Elvira Narvaha de. (coord.). **Discurso y política en Colombia**: problemáticas actuales. Medellín: La Carreta Editores, 2016.
- DOSSE, François. **História do estruturalismo I**: o campo e o signo, 1945- 1966. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- DUARTE, J. **Educación pública y clientelismo en Colombia**. Medellín: Clío Editorial Universidad de Antioquia, 2003.
- FERNANDEZ, M. **La lengua en la comunicación política tomo I**: el discurso del poder. Madrid: Arco Libros, 1996.
- _____. **La lengua en la comunicación política tomo II**: la palabra del poder. Madrid: Arco Libros, 1999.

FERRAZ, Francisco. **Manual completo de campanha eleitoral**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

HERRERA, M. **Discurso y razón: una historia de las ciencias sociales en Colombia**. Francisco Leal Buitrago, Germán Rey (editores), 2000.

GARCÍA-Talavera, Teresa. **La efectividad de la comunicación política y social: las estrategias discursivas**. Barcelona: FISEC, 2007.

GREGOLIN, M.R **Foucault e Pêcheux na análise do discurso-diálogos & duelos**. 2. ed. São Carlos, SP: Claraluz Editora, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **Discurso político**. Tradução de Dílson Ferreira da Cruz; Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Dicionário de análise do discurso**. Buenos Aires: Editions du Seuil, 2002.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e outras vozes: Uma análise do discurso presidencial da terceira república brasileira (1964-1984)**. Campinas, 1992.18, 25 p. Tese (Doutorado em Ciências). Departamento de Linguística do instituto de estudos da linguagem, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP.

JAKOBSON, Roman. **Ensayos de lingüística general**. Barcelona: Ariel, 1984.

LARROSA, Michael ; PAVONY, Mejia German . **Historia concisa de Colombia (1810-2013)**. Bogotá: Editorial Universidad Javeriana, 2013. p. 30-76.

MAINGUENEAU, Dominique. **Genèses du discours**. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1984.

_____. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1989.

MALDIDIER, Denise. “A inquietude do discurso - um trajeto na história da análise do discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 39-62.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso (Re-ler) Michel Pechèux hoje**. tradução Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989**. Campinas: Editora Revan, 1998.

MARTIN, L. A campanha eleitoral: publicidade/propaganda, período, proibições. In: NOHLEN, Dieter. **Tratado de direito eleitoral comparado de América Latina**. Fondo de Cultura Econômica, México, 1998.

ORLANDI, E. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes Editores, 2005.

ORLANDI, E. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

ORLANDI, E. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

RIBEIRO, D. **Sobre o óbvio**. Congresso da SBPC, 1997.

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise (Org); HAK, Tony (Org). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 61-161.

PÊCHEUX, M. et al. **L'Analyse de discours en France**. Paris: Buscila, 1984.

PECHEUX, M.; HAROCHE, C.; HENRY, P. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. L. (org.) **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2007. p. 13-32.

PÊCHEUX, Michel. Língua, linguagens, discurso. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. **Legados de Michel Pêcheux**: inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2011. p. 63-75.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1988. (Edição original francesa: Les Vérités de la Palice: linguistique, sémantique, philosophie. Paris: François Maspero, 1975.)

PIOVEZANI, Carlos. Discurso sobre a voz de Lula. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ANÁLISE DO DISCURSO, 2., 2009, São Carlos. **Anais...** São Carlos: Labor, 2009. p. 16-17.

PIOVEZANI, Carlos. **Verbo, corpo y voz**: dispositivos de uma fala pública e produção de verdade no discurso político. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.p.137-246

PIOVEZANI, Carlos. Legados de Saussure para a análise do discurso: reflexões sobre a história da Linguística. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 37 n. 3, p. 33-42, set.- dez. 2008.

POSSENTI, Sirio. Teoria do discurso: um caso múltiplas de rupturas. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez editora, 2004. v. 3.

REALIDADCOLOMBIA. Ultimo debate presidencial Mockus vs Santos. parte 1. **You Tube**. 16 jun. 2010. vídeo (10 min 56 s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cZnBU1hyv6A&t=13s>>. Acesso em: 9 ago. 2015.

REALIDADCOLOMBIA. Ultimo debate presidencial Mockus vs Santos. parte 2. **You Tube**. 16 jun. 2010. vídeo (9 min 55 s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Il54KnbOIPk&t=13s>>. Acesso em: 9 ago. 2015.

REALIDADCOLOMBIA. Ultimo debate presidencial Mockus vs Santos. parte 3. **You Tube**. 16 jun. 2010. vídeo (11 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=y2L57IDD9Ik&t=14s>>. Acesso em: 9 ago. 2015.

REALIDADCOLOMBIA. Ultimo debate presidencial Mockus vs Santos. parte 4. **You Tube**. 16 jun. 2010. vídeo (10 min 53 s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ONFYShBwhSs&t=6s>>. Acesso em: 9 ago. 2015.

REALIDADCOLOMBIA. Ultimo debate presidencial Mockus vs Santos. parte 5. **You Tube**. 16 jun. 2010. vídeo (7 min 06 s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GnfwKLCszAQ&t=2s>>. Acesso em: 9 ago. 2015.

REALIDADCOLOMBIA. Ultimo debate presidencial Mockus vs Santos. parte 6. **You Tube**. 16 jun. 2010. vídeo (10 min 52 s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6Y9WTFayN5g>>. Acesso em: 9 ago. 2015.

REALIDADCOLOMBIA. Ultimo debate presidencial Mockus vs Santos. parte 7. **You Tube**. 16 jun. 2010. vídeo (10 min 52 s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KFGcTkpF62c>>. Acesso em: 9 ago. 2015.

REGISTRADURÍA NACIONAL DEL ESTADO CIVIL. **Elecciones presidente y vicepresidente de la República**: calendario electoral elecciones primera vuelta presidencial. 2010. Disponível em: <http://www.registraduria.gov.co/Informacion/elec_2010_cal.htm>. Acesso em: 1 out. 2017.

RUBIM, A. A. C. **Espectáculo, política e mídia**. Disponível em: <<http://bocc.ufp.pt/pag/rubim-antonio-espetaculo-politica.pdf>> Acesso em: 1 out. 2017.

ROSSI, Miguel. Pensamento Plural. Pelotas, v, 07. p. 125 - 141, julho/dez. 2010

URRUTIA, M. La educación y la economía colombiana. **Revista del Banco de la República**, 1976. (Separata)

VÁSQUEZ, Teresita. La imagen de sí de Juan Manuel Santos en los discursos del triunfo electoral. In: OLAVE, Giohanny; ARNOUX, Elvira Narvaha de. (coord.) **Discurso e política en Colombia: problemáticas actuales**. Medellín: La Carreta Editores, 2016.

WEBER, Maria Helena; ABREU, Carmen R. Debate político-eleitoral na televisão: jogo de cena e dispositivo estratégico. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (Org.). **Mídia, representação e democracia no Brasil: estudos sobre comunicação política**. São Paulo: Hucitec, 2010, v. 1.